



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE DIREITO**

**LUAN CHRISTIAN FERNANDES TEIXEIRA**

**PANDEMIA DA COVID-19 E A RECOMENDAÇÃO N. 62 DO CNJ: ESTUDO  
SOBRE A PRISÃO DOMICILIAR HUMANITÁRIA COM MONITORAMENTO  
ELETRÔNICO A PARTIR DE ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**

Brasília  
2020

**LUAN CHRISTIAN FERNANDES TEIXEIRA**

**PANDEMIA DA COVID-19 E A RECOMENDAÇÃO N. 62 DO CNJ: ESTUDO  
SOBRE A PRISÃO DOMICILIAR HUMANITÁRIA COM MONITORAMENTO  
ELETRÔNICO A PARTIR DE ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**

Monografia apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em Direito pela Faculdade  
de Direito da Universidade de Brasília – UnB.

Orientadora: Profa. Dra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho

Brasília

2020

**LUAN CHRISTIAN FERNANDES TEIXEIRA**

**PANDEMIA DA COVID-19 E A RECOMENDAÇÃO N. 62 DO CNJ: ESTUDO  
SOBRE A PRISÃO DOMICILIAR HUMANITÁRIA COM MONITORAMENTO  
ELETRÔNICO A PARTIR DE DECISÕES DE ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**

Monografia apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em Direito pela Faculdade  
de Direito da Universidade de Brasília – UnB.

Brasília, 16 de dezembro de 2020.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho  
(Orientadora – Faculdade de Direito da UnB)

---

Profa. Dra. Maria Luzineide Pereira da Costa Ribeiro  
(Examinadora – Pós-doutoranda do PPGD da UnB)

---

Me. Silvania Aparecida França Figueiredo  
(Examinadora Externa – UnB/MPF)

---

Dra. Renata Portella Dornelles  
(Examinadora Externa Suplente – UnB/TJDFT)

## AGRADECIMENTOS

Esse trabalho, para além da minha formação, é um projeto de muitos atores. Por isso, só tenho a agradecer a quem cooperou para que tal feito se concretizasse.

Agradeço, primeiramente, a Deus por todas as bênçãos.

Agradeço aos meus pais, Antonia e Carlos, por quem sou hoje. Obrigado por tudo, meus queridos.

A minha família, em especial minha avó Maria Aparecida, por todos os estímulos e por sempre confiar e acreditar em mim. À Dara que se faz presente em todos os meus dias. Também agradeço aos demais familiares que se fizeram presente neste momento.

Aos servidores da Câmara dos Deputados por todos os incentivos para que eu entrasse em uma Universidade Pública.

As minhas amigas, especialmente Thamires Alves, Raylla Castro e Jéssica Yasmin, por cada conversa trocada, por cada encontro afetuoso, por cada conselho acadêmico e pela cumplicidade durante esse tempo. À Nayara Cristina, que me faz companhia desde 2013, por todos os momentos que vivemos e vamos viver juntos. Carinho enorme por todas.

Aos amigos Samanta, Elisama, Priscila e Douglas, que desde o Ensino Fundamental me acompanham trazendo leveza, alegria e contribuições. Meus sinceros agradecimentos à amizade de vocês.

A quem chamo carinhosamente de Tia Charlene agradeço por ser uma das responsáveis pela concretização do meu intercâmbio, por cada sorriso e por cada conversa.

Agradeço ao amigo Helton Damasceno por todas as conversas, conselhos, encontros e estímulos ao longo desse período. Você é dez, amigo!

Ao amigo e cúmplice Bruno Araújo por todo desabafo compartilhado, conforto mútuo, conversas e encontros afáveis. Poderia descrever várias situações aqui, mas o carinho e cumplicidade que temos um pelo outro é mais significativo que simples descrições.

Ao amigo Carlos Alberto por todos os encontros e papos no Restaurante Universitário, também chamado carinhosamente de RU.

À Professora Ela Wiecko por confiar no tema proposto por mim, pela orientação zelosa e criteriosa e, também, pelas preciosas considerações ao trabalho.

À banca examinadora, composta por Silvania França, Maria Luzineide e Renata Dornelles, por todos os apontamentos e discussões ao longo da defesa.

À Silvania França por todas as indicações bibliográficas, pela leitura atenta e cuidadosa da monografia e pela troca de experiências ao longo do desenvolvimento desse trabalho.

Ao Grupo Candango de Criminologia (GCrim) – Repensando a sociedade, o controle penal e o sistema de justiça, por cada pesquisa, leitura e aprendizado ao longo dos encontros que foram importantes para o suporte inicial deste trabalho e para a escolha do tema.

Ao Grupo de Estudos em Ciências Criminais e Direitos Humanos do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCrim pelos encontros e debates que formaram base para alguns apontamentos desta pesquisa.

À Universidade de Brasília, agradeço por me proporcionar (des)construção, conhecimento, diversidade e pela oportunidade de intercâmbio ofertada na Universidade de Lisboa. À Faculdade de Direito pelas aulas, pelo conhecimento compartilhado e adquirido e pelas amizades feitas ao longo da graduação.

Aos amigos de intercâmbio, em especial à Marcela, por compartilhar comigo todas as angústias, alegrias e passeios aleatórios enquanto estivemos juntos. Espero que venhamos a viver novas aventuras.

Por fim, agradeço a todos e todas que de alguma forma me auxiliaram na construção da minha graduação e deste trabalho.

**Resumo:** A crise de saúde pública desencadeada pela pandemia da Covid-19 impulsionou os debates criminológicos acerca da proliferação do vírus no sistema carcerário. Para minimizar os problemas relacionados à disseminação da Covid-19 no contexto do sistema prisional, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Recomendação n. 62, com o objetivo de trazer uma série de medidas preventivas a serem consideradas pelos tribunais e magistrados. A partir disso, a presente pesquisa contextualizou, com base na dignidade da pessoa humana, a concessão de prisão domiciliar humanitária com monitoramento eletrônico no Distrito Federal como forma de contenção à contaminação na população carcerária pelo novo coronavírus. A partir da Criminologia Crítica de Alessandro Baratta, analisou-se acórdãos de Agravo de Execução proferidos pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) trazendo dados acerca da população carcerária e outras categorias de análise definidas, bem como a problematização das fundamentações utilizadas nas decisões. A conclusão é a de que prevaleceu o punitivismo penal e a não descarcerização frente aos direitos humanos e fundamentais.

**Palavras-chave:** Execução Penal. Covid-19. Recomendação n. 62/CNJ. Monitoramento eletrônico. Prisão domiciliar.

**Abstract:** The public healthcare crisis caused by the pandemic of Covid-19 boosted the criminological debates about the virus proliferation in the prison system. In order to minimize the problems, the National Council of Justice (CNJ) edited the Recommendation nº 62 bringing a series of preventive measures to courts and magistrates. Based on the following data, this research contextualizes according to the human person's dignity, the authorization of humanitarian house arrest with electronic surveillance in Distrito Federal as a resource of containment of the massive contamination of coronavirus in the prison population. Based on Alessandro Baratta's critical criminology, the decisions of the Agravo de Execução given by the Distrito Federal's Court of Law and Territories (TJDFT) were analyzed, with data about the prison population and other defined categories of analysis, such as the questioning of the reasons involved in the decisions. The conclusion is that it prevailed criminal punitivism and the non-decarceration regarding basic human rights.

**Keywords:** Penal execution. Covid-19; Recommendation n. 62/CNJ. Electronic surveillance. House arrest.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

BNMP – Banco Nacional de Monitoramento de Presos

CNCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CP – Código Penal

CPP – Código de Processo Penal

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

DF – Distrito Federal

DPDF – Defensoria Pública do Distrito Federal

EPEN – Escola Penitenciária

GCCrim – Grupo Candango de Criminologia

HC – Habeas Corpus

LEP – Lei de Execução Penal

MP – Ministério Público

RHC – Recurso em Habeas Corpus

SEEU – Sistema Eletrônico de Execução Unificada

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

UF – Unidade Federativa

VEP – Vara de Execuções Penais



## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

- Gráfico 1 – Modalidades de Utilização
- Gráfico 2 – Alterações no Regime Fechado
- Gráfico 3 – Ações adotadas no Regime Fechado
- Gráfico 4 – Alterações no Regime Semiaberto
- Gráfico 5 – Ações adotadas no Regime Semiaberto
- Gráfico 6 – Quantidade de Agravos julgados por período
- Gráfico 7 – Sexo dos recorrentes - pré-Recomendação
- Gráfico 8 – Sexo dos recorrentes - pós-Recomendação
- Gráfico 9 – Faixa etária pré-Recomendação
- Gráfico 10 – Faixa etária pós-Recomendação
- Gráfico 11 – Crime pré-Recomendação
- Gráfico 12 – Crime pós-Recomendação
- Gráfico 13 – Recorrentes pré-Recomendação
- Gráfico 14 – Recorrentes pós-Recomendação
- Gráfico 15 – Defesa técnica pré-Recomendação
- Gráfico 16 – Defesa técnica pós-Recomendação
- Gráfico 17 – Argumento para interposição pré-Recomendação
- Gráfico 18 – Argumento para interposição pós-Recomendação
- Gráfico 19 – Reforma da decisão pré-Recomendação
- Gráfico 20 – Reforma da decisão pós-Recomendação
- Gráfico 21 – Decisão pré-Recomendação
- Gráfico 22 – Decisão pós-Recomendação
- Gráfico 23 – Imposição de monitoração pré-Recomendação
- Gráfico 24 – Imposição de monitoração pós-Recomendação

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
 <b>CAPÍTULO 1 – ABRINDO O DISCURSO.....</b>	<b>15</b>
1.1 Criminalização e seletividade penal.....	20
1.2 Perfil dos encarcerados – Geral.....	25
1.3 Perfil dos encarcerados do Distrito Federal.....	28
1.4 Prisão domiciliar humanitária com monitoramento: atos normativos e pressupostos de aplicação.....	30
1.5 Recomendação n. 62 do CNJ e seus efeitos no Sistema Carcerário.....	35
 <b>CAPÍTULO 2 – ANÁLISE QUANTITATIVA DOS ACÓRDÃOS.....</b>	<b>42</b>
2.1 O ponto de partida e a dificuldade inicial no acesso aos dados.....	42
2.2 Metodologia .....	45
2.3 Cuidados éticos.....	47
2.4 Explorando os acórdãos de Agravo em Execução.....	49
 <b>CAPÍTULO 3 – ANÁLISE QUALITATIVA DAS FUNDAMENTAÇÕES.....</b>	<b>62</b>
3.1 Direito Penal e a ideologia da defesa social.....	62
3.2 O livre convencimento motivado.....	67
3.3 Recomendação n. 62.....	70
3.4 A dignidade da pessoa humana.....	73
3.5 O Direito Penal e a Prisão como resposta à pandemia.....	76
 <b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>82</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>92</b>

## INTRODUÇÃO

Em 2015, o Supremo Tribunal Federal (BRASIL, 2016) reconheceu o estado de coisas inconstitucional do sistema penitenciário brasileiro no bojo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF n. 347, ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), cujo reconhecimento formal da realidade caótica do sistema carcerário levou à determinação de medidas específicas voltadas à alteração dessa realidade.

O aumento da população carcerária brasileira é uma preocupação constante, notadamente diante do uso indiscriminado de prisões cautelares pelo Poder Judiciário. De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional, em demografia divulgada em 2019<sup>1</sup>, o Brasil detém a terceira maior população carcerária do planeta, com cerca de 748 mil presos. Destes, 362.457 cumprem pena em regime fechado e 222.558 são presos provisórios.

Por sua vez, o Banco Nacional de Monitoramento de Presos – BNMP<sup>2</sup>, do Conselho Nacional de Justiça<sup>3</sup>, contabiliza a população carcerária atualizada de 887.810 pessoas privadas de liberdade, dentre elas 400.757 são presos provisórios, 290.814 são presos em execução definitiva e 192.427 são presos em execução provisória<sup>4</sup>. Conforme estatística do BNMP por estado/unidade da federação, o Distrito Federal possui 17.613 pessoas privadas de liberdade, sendo 4.479 presos provisórios, 10.958 em execução definitiva e 2.080 em execução provisória

O contexto de superpopulação carcerária persiste. Diante desse quadro e das condições degradantes presentes nos estabelecimentos prisionais, a monitoração eletrônica surgiu como tentativa de melhorar esse cenário. Nos debates legislativos no Senado Federal, no PLS n. 175/07, a implementação da medida teve como justificativa a melhoria de inserção dos condenados em sociedade; redução da superpopulação carcerária; economia de recursos;

---

<sup>1</sup> Dados apresentados no Levantamento de Informações Penitenciárias, do Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaWZWI2MmJmMzYtODAwMC00YmZiLWI4M2ItNDU2ZmIyZjFjZGQ0IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 12 de set. de 2020.

<sup>2</sup> Instituído e regulamentado pela Resolução n. 251 de 4/9/18, do CNJ, para o registro de mandados de prisão e de outros documentos, nos termos do art. 289-A do CPP, acrescentado pela Lei n. 12.403, de 4 de maio de 2011. Sistematiza, consolida e integra as informações sobre as pessoas presas no território nacional, a partir de cadastro individualizado e alimentado em tempo real, incluindo as pessoas privadas de liberdade.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://portalbnmp.cnj.jus.br/#/estatisticas>. Acesso em: 12 de set. de 2020.

<sup>4</sup> Presos em execução provisória são aqueles que possuem sentença condenatória ainda não transitada em julgado. A cautelar é mantida na sentença de condenação.

celeridade na ressocialização do apenado; elaboração de alternativas diante do cenário caótico (CAMPELO, 2019, p. 2).

O monitoramento eletrônico é tema relativamente novo na legislação brasileira. Foi implementado, primeiramente, visando a execução penal, por intermédio da Lei Federal n. 12.258 de 2010. Menos de um ano após aprovação do monitoramento no âmbito da execução penal, a aplicação foi ampliada por meio da Lei Federal n. 12.403 de 2011 e, com isso, passou a constar dentre as medidas cautelares diversas da prisão.

Ainda no âmbito de medidas que possibilitam o desencarceramento, a prisão domiciliar humanitária visa concretizar direitos fundamentais. Prevista no art. 117 da Lei de Execução Penal e nos artigos 318 e 318-A do Código de Processo Penal, prevê o cumprimento de pena imposta ao preso definitivo ou provisório, em residência particular, cumprindo determinados requisitos impostos pela legislação. A prisão domiciliar humanitária tem a particularidade de, no âmbito da execução penal, se concedida, vir acompanhada de monitoração eletrônica. Em definição conceitual

a prisão humanitária consiste no recolhimento do(a) sentenciado(a) em sua residência, de onde somente poderá se ausentar com autorização judicial, desde que os requisitos exigidos pela Lei de Regência estejam configurados, independente da natureza ou da gravidade do crime pelo qual está respondendo ou já foi condenado, conforme a hipótese de cada caso que será analisada individualmente.<sup>5</sup>

A aplicação da prisão domiciliar humanitária ao preso definitivo – aquele que já possui sentença condenatória transitada em julgado – encontra-se amparada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (HC n. 143.641/SP, HC n. 152.707/DF e RHC n. 94.358/SC) e Superior Tribunal de Justiça, inclusive para aqueles que cumprem pena em regime inicialmente fechado e semiaberto, pois encontra força na matriz constitucional do princípio da dignidade da pessoa humana. Mesmo estando a cumprir pena definitiva, a jurisprudência dos tribunais superiores admite a prisão domiciliar humanitária também na execução penal por conta da ampliação da interpretação do artigo 117 da LEP.

O panorama crítico do sistema prisional foi potencializado, no ano de 2020, com a pandemia do novo coronavírus, doença com alta taxa de propagação, sobretudo nos espaços de aglomeração e confinamento de pessoas, o que faz das prisões um epicentro de contágio e

---

<sup>5</sup> Definição conceitual trazida pela VEP/DF em decisão proferida nos Autos nº 00078913120188070015. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/arquivos/acoes-adotadas-pela-vep.pdf>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

transmissão, em virtude das condições da própria segregação, que impossibilita adoção de medidas de distanciamento social.

Diante disso, o CNJ editou a Recomendação n. 62<sup>6</sup>, na qual considerou a situação de pandemia e a necessidade de compatibilizar as medidas de enfrentamento com a realidade do sistema prisional e socioeducativo. A Recomendação parte das premissas de que o Estado deve garantir a saúde das pessoas privadas de liberdade e de que um cenário de contaminação em grande escala no sistema carcerário pode produzir impactos significativos para a segurança e a saúde pública, não só dos custodiados, mas de toda a população (BRASIL, 2020).

No contexto de extrema vulnerabilidade vivenciado no sistema carcerário, impulsionado pela pandemia da Covid-19, se faz necessário analisar e investigar os seguintes problemas: como a Recomendação n. 62 vem sendo utilizada nas fundamentações das concessões ou não de prisão domiciliar humanitária com monitoramento eletrônico no âmbito de acórdãos de Agravo em Execução do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios? Diante do cenário da pandemia da Covid-19, houve aumento na concessão de prisão domiciliar humanitária pelo TJDF? A hipótese inicial é de que, diante do estado caótico vivido na saúde pública por conta do novo coronavírus, houve aumento nas concessões de prisão domiciliar humanitária. Para responder às perguntas, o marco temporal da pesquisa está estabelecido no período compreendido entre seis meses antes da edição da Recomendação, 17/09/2019, e seis meses e meio após a entrada em vigor, indo até 17/09/2020.

Para análise, a pesquisa está dividida em três partes. Na primeira parte, são trabalhados os processos de criminalização e seletividade penal dos indivíduos, amparados no paradigma da Reação Social e Criminologia Crítica de Alessandro Baratta; são apresentados o perfil nacional dos encarcerados e particularizado o perfil no Distrito Federal; os atos normativos e pressupostos de aplicação da prisão domiciliar humanitária com monitoramento eletrônico; o teor da Recomendação n. 62 do CNJ e suas implicações no sistema carcerário.

A segunda parte trabalha o levantamento quantitativo dos acórdãos de Agravo em Execução Penal, definidas categorias para análise (sexo, faixa etária, crime, defensor, argumento para impetração, decisão, dentre outras categorias). Apresenta, também, o panorama das pessoas que saíram do sistema penitenciário nos períodos pré e pós Recomendação, dentro do marco temporal. Na terceira etapa faz-se uma análise qualitativa dos fundamentos dos

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/62-Recomenda%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 20 de jun. de 2020

acórdãos pré e durante a pandemia, na vigência da Recomendação n. 62 do CNJ, com base no levantamento documental das decisões que concedem, ou não, a prisão domiciliar humanitária.

A discussão jurídica é atual e relevante. Observada a atual pandemia global e as condições insalubres das prisões brasileiras, as orientações da Recomendação n. 62 podem elevar o número de pessoas submetidas à prisão domiciliar humanitária. Sendo sabido que as condições do sistema carcerário brasileiro são permeadas de violações de direitos humanos e fundamentais, escolhe-se a análise das decisões referentes à Execução Penal, dado o agravamento dessas violações em razão de determinadas doenças a partir da contaminação pelo novo coronavírus dentro do sistema prisional.

A partir dessas considerações pretende-se, com este estudo, trazer um panorama geral acerca da prisão domiciliar humanitária aplicada no âmbito do Distrito Federal.

## **CAPÍTULO 1 – ABRINDO O DISCURSO**

O monitoramento eletrônico teve início nos Estados Unidos, visando uma alternativa barata para custodiar pessoas processadas criminalmente. Na década de 1980 um juiz estadunidense autorizou que o monitoramento fosse aplicado e, a partir daí, o instituto foi amplamente utilizado. Atualmente, a tecnologia é aplicada em diversos países. No Brasil, a entrada do monitoramento eletrônico na legislação se deu inicialmente na execução (Lei Federal n. 12.258/10) e após passou a ser aplicado também como medida cautelar diversa da prisão, introduzido pela Lei n. 12.403/11.

A prisão domiciliar humanitária é prevista no Código de Processo Penal, nos artigos 317 e 318 e na Lei de Execução Penal, em seu artigo 117. Atendidos determinados requisitos legais, autoriza-se que o sentenciado ou preso provisório cumpra a medida em residência particular, somente podendo se ausentar dela com autorização judicial. Na execução penal, prevista para o preso em regime aberto, a medida também passou a ser aplicada a condenados em regime fechado e semiaberto, dada a evolução da jurisprudência dos tribunais superiores, como STJ e STF. Este admite a prisão domiciliar quando demonstrada que a saúde do preso seja incompatível com a privação de liberdade. Machado (2019, p. 9-13) afirma que existem razões humanitárias para a criação do instituto da prisão domiciliar humanitária, porém, em sentido oposto, há críticas dizendo ser um legitimador da impunidade.

Nos estudos brasileiros a prisão domiciliar humanitária e o monitoramento eletrônico vêm sendo pouco debatidos. De acordo com Souza e Vasconcelos (2018, p. 397) as pesquisas sobre o monitoramento se concentram na sua origem e na experiência de outros países com o instituto. Quando se trata de análise da aplicação do monitoramento nas Unidades Federativas, as pesquisas ainda são escassas. Indo neste sentido, Campello (2019, p. 16) afirma que no Brasil falta informação a respeito dos impactos da monitoração sobre as pessoas e quase nada foi produzido quando se trata das “percepções sobre quem a medida mais incide”. Também traz a ideia de que o monitoramento passou a ser associado à criminalidade de colarinho branco.

Campello (2019, p. 15) tem como objetivo principal a investigação e análise dos efeitos do monitoramento sobre as pessoas que estão em privação de liberdade. “Para isso, são mobilizados registros produzidos em pesquisa de campo, entrevistas com pessoas monitoradas

e operadores de sistemas de monitoração” (idem, p. 15). Parte do intento de identificar os efeitos do monitoramento em algumas unidades federativas, como São Paulo, Ceará e Maranhão. A conclusão alcançada pelo autor é que o monitoramento se sobressai sobre o corpo negro e pobre, que pouco tem relação com o colarinho branco.

Como é percebido, há estudo que trata do monitoramento eletrônico recaindo sobre o corpo negro e pobre. Porém, em sentido oposto a essa ideia, há também pesquisa indicando o monitoramento cedendo quando se trata de criminalidade de colarinho branco.

Em vertente diversa à trabalhada por Campello (2019) de ser o monitoramento associado à criminalidade de colarinho branco, ao aprofundar os estudos sobre o monitoramento na realidade brasileira, Figueiredo (2019, p. 7-38) traz uma pesquisa em que contextualiza a aplicação do monitoramento pelos tribunais de justiça dos estados, pelo STJ e como benefício nos acordos de colaboração premiada no âmbito do STF. Mostra que os debates brasileiros não possuem entendimento linear sobre os impactos do monitoramento eletrônico.

Partindo das hipóteses “quem são os indivíduos monitorados? São diferentes dos indivíduos que estão em privação de liberdade? Qual seu perfil?” e trabalhando a ideia de seletividade do sistema penal, o autor mostra que “o estágio atual do monitoramento não permite concluir que será aplicado, como medida diversa da prisão, a presos provisórios com perfil semelhante ao perfil que se encarcera” (FIGUEIREDO, 2019, p. 112). Concluiu Figueiredo (2019, p. 112-113), ao analisar as hipóteses iniciais, que os beneficiários do monitoramento em acordos de delação premiada possuem perfil distinto daquele identificado no encarceramento, composto por pessoas de alta renda e nível elevado de escolaridade, permitindo uma forma diferenciada na aplicação de medidas cautelares e cumprimento de pena.

Além do monitoramento eletrônico como medida desencarceradora, surge a chamada prisão domiciliar humanitária como forma de concretizar direitos fundamentais.

Pesquisas surgem para analisar como a prisão domiciliar tem sido aplicada para substituir o cárcere. Os estudos relacionados ao tema têm sido basicamente trilhados sob a ótica nacional, aplicadas às gestantes e baseadas em decisões do STJ e STF. Silva (2019) e Salotti (2018) caminharam nesse sentido.

Salotti (2018, p. 18-19) analisa o comportamento do STJ e STF nas decisões sobre prisão preventiva de gestantes, estudadas entre o Marco Legal da Primeira Infância e a decisão do HC



coletivo n. 143.641, do STF. Discorre que a maioria das mulheres são encarceradas por tráfico, furto e roubo, sendo o perfil sociodemográfico de jovens, negras, solteiras e com baixo nível de escolaridade. A conclusão que Salotti (2018, p. 89-90) alcança é que o STF tem sido protagonista na concessão de prisão domiciliar de gestantes, mostrando que somente 15% das decisões proferidas pelo tribunal no período entre o Marco Legal da Primeira Infância e o HC coletivo n. 143.641 foram não concessivas. Já no STJ o cenário é totalmente oposto. No mesmo período somente 16% dos recursos analisados foram concessivos.

A resistência do STJ na concessão de prisão domiciliar, conforme salienta Castelo (2017, p. 66), se baseia nos entendimentos e jurisprudência de que não se julga recurso em que a prova não tenha sido debatida nas instâncias inferiores e a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial. Todavia, o autor pondera que para análise dos processos, bastariam certidões e documentos comprovando a necessidade.

Ainda no plano nacional e analisando o comportamento do STF, Carvalho e Maia (2019, p. 37-39) examinaram duas decisões em casos de grande repercussão<sup>7</sup>, consistentes em pedido de conversão de prisão em prisão domiciliar humanitária. Os solicitantes tinham idade avançada e eram portadores de problemas de saúde. Mais uma vez, estamos diante de crimes de colarinho branco e aplicação da prisão domiciliar para esse tipo de crime. A partir das lições de Alexy sobre colisão entre direitos fundamentais, ponderou-se o conteúdo das decisões (idem, 2019, p. 37) e foi mostrado que os direitos fundamentais incidem de diferentes maneiras nas relações e que o “choque entre direitos fundamentais é constante e a mesma colisão pode acontecer repetidas vezes”, e pode levar a soluções diferentes (idem, 2019, p. 19).

Ainda com base na jurisprudência do STF, porém regionalizando suas pesquisas, Silva (2019, p. 14) e Melo (2016, p. 7-8) examinaram a prisão domiciliar, respectivamente, em Sergipe e Rio Grande do Sul. Na pesquisa realizada em Sergipe, Silva buscou compreender como o STF e o Tribunal de Justiça de Sergipe atuam quando há interesse de crianças que vivem com suas mães nos presídios. Constatou que as mulheres que vivem atrás das grades são chefes de famílias monoparentais e a elas recai a responsabilidade pelo sustento financeiro, o que gera um impacto negativo sobre filhos e filhas (SILVA, 2019, p. 121-122). Com relação à concessão de prisão domiciliar, somente 30% dos pedidos foram concessivos.

---

<sup>7</sup> O primeiro caso analisado pelas autoras é o julgamento do Agravo Regimental na Execução Penal n. 23/DF. O segundo julgado é referente à Medida Cautelar e aos Embargos de Declaração no HC n. 152.707/DF.

No Rio Grande do Sul foram analisados casos em que o Tribunal de Justiça do estado concedeu prisão domiciliar às gestantes e mães com filhos menores, visando analisar se houve maior efetivação do direito fundamental à convivência familiar. Em alguns acórdãos foi presumida a imprescindibilidade de cuidado aos filhos. Em outros casos, foram levados em conta a reincidência, gravidade do crime e autoria para negar a prisão domiciliar. Faz-se uma ponderação entre interesses da segurança pública e do direito à convivência familiar e comunitária do menor (MELO, 2016, p. 51-54).

Apresentada uma rápida revisão da bibliografia, passa-se a abordagem do referencial teórico. Diante das considerações trazidas, este trabalho tem a criminologia crítica de Alessandro Baratta e a reação social como marco teórico.

A transição da criminologia liberal para uma criminologia crítica tem o *labeling approach* – ou reação social – como momento importante nesse processo de mudança, principalmente quando recepcionado pela Alemanha (BARATTA, 2002, p. 104). O *labeling* surge das mudanças que o direito penal sofreu, pois a criminologia clássica analisava o delinquente segundo suas características internas, psicológicas e individuais, através de dada realidade pré-constituída. O indivíduo, pelo paradigma da reação social, passa a ser observado como um membro inserido em sociedade mediante processos de interação concreta entre eles.

Para a reação social a criminalidade não pode ser entendida sem também incluir o estudo das normas, percorrendo a ação das instâncias oficiais do sistema penal. Para que a reação social seja colocada em prática, “o comportamento deve ser capaz de perturbar a percepção habitual” (BARATTA, 2002, p. 95), fazendo com que o “delinquente” tenha o comportamento delituoso punido pela ação das instâncias de poder que compõe o sistema. A partir daí, dessa punição, gera um “etiquetamento” do indivíduo, diferenciando-o dos não criminosos. Nesse sentido, o foco de estudo do *labeling* é como a atuação desses órgãos – polícia, Ministério Público e Judiciário, – influencia sob uma perspectiva estigmatizante do indivíduo. A punição e a reação fazem com que o indivíduo qualificado como desviante seja inserido em uma carreira criminosa e em constante processo de estigmatização (idem, 2002, p. 90).

Apesar da importância do *labeling*, Baratta (2002, p. 99) afirma que a teoria não desenvolve de forma suficiente como as relações econômicas influenciam o sistema penal. Em complemento às teorias do *labeling approach*, a criminologia crítica “historiciza a realidade comportamental do desvio e ilumina a relação funcional ou disfuncional com as estruturas

sociais, com o desenvolvimento das relações de produção e de distribuição” (idem, 2002, p. 160).

A criminalidade é atribuída ao indivíduo por duas formas de seleção: bens que são protegidos pelo direito penal e a seleção dos indivíduos que são estigmatizados dentre todos aqueles que praticam ilícito penal. A criminalidade e a criminalização não são distribuídas de forma igual, pois se ditam através de interesses socioeconômicos da classe dominante. O direito penal igualitário, então, se torna um mito. Dessa forma, Baratta (2002, p. 162) traz algumas críticas ao mito da igualdade do sistema penal, mostrando que há desigualdade no sistema por meio da produção das normas (criminalização primária), ação dos órgãos de investigação (secundária) e mecanismos da execução da pena (terciária) (idem, 2002, p. 162).

A primeira delas é que o Direito Penal não se aplica de forma igualitária e, quando pune as ações contra os bens essenciais, o faz de modo fragmentário e com intensidade diferente. Outra crítica trazida é que o direito penal não é igual para todos, fazendo com que o “etiquetamento” de criminoso seja distribuído de forma desigual entre os membros da sociedade. Por fim, “o grau efetivo de tutela e a distribuição do status de criminoso é independente da danosidade social das ações e da gravidade das infrações à lei”. (BARATTA, 2002, p. 162).

O direito penal privilegia e protege determinada classe – a dominante – do processo criminalizador típico dos integrantes que dela fazem parte, a exemplo da criminalidade política e a de colarinho branco. A criminalização é dirigida para a classe baixa, pois a seleção do sistema penal está ligada com a posição social e financeira do agente. As normas que compõe o direito penal favorecem a desigualdade presente na sociedade, não permitindo a ascensão social do estrato mais baixo, principalmente quando elas inserem o indivíduo no cárcere (BARATTA, 2002, p. 166).

No tópico a diante será aprofundado o marco teórico da criminologia crítica de Alessandro Baratta e da reação social, que dão identidade a este trabalho.

## 1.1 – Criminalização e seletividade penal

A criminologia da reação social e a criminologia crítica de Alessandro Baratta nos fornecem importantes aportes teóricos para entendermos os processos de criminalização e seletividade do sistema penal. Antes disso, devemos posicionar algumas considerações sobre os estudos positivistas do Direito Penal.

A Escola Clássica tornava visível que o pensar sobre o Direito Penal estava voltado à necessidade de reprimir a intervenção arbitrária estatal, exigindo observância à estrita legalidade. Ela não analisava o criminoso segundo suas características pessoais, psicológicas ou de anormalidade, mas expunha que o criminoso é quem viola livre e conscientemente determinada norma penal (GROSNER, 2005, p. 21).

Com as transformações que o Estado vinha sofrendo, com novas ideologias e influências positivistas, funda-se a Escola Positivista a fim de trazer de volta as concepções dos direitos da sociedade em face do delinquente. Defendia que era necessário identificar as causas do crime e formas de lutar contra ele para a defesa do coletivo. Lombroso é um dos percursoros dessa teoria, trazendo a tese de que desordens psíquicas e anomalias do corpo eram determinantes para que certos indivíduos praticassem delitos. A partir dessas teses o Direito Penal passa a ser o Direito Penal do autor, constituindo um meio de defesa social (GROSNER, 2005, p. 22-23). A criminologia positivista estuda o delinquente, mas não a norma penal. Determinada lei penal é uma realidade oficial dada que não passa por questionamentos, pois quem não cumpre a lei é visto como um ser anormal. Ela tenta adequar determinado indivíduo delinquente segundo a realidade oficial, como forma de ressocialização e inserção em sociedade (CASTRO, 1983, p. 5-6).

A radicalização de movimentos políticos ocorridos a partir de 1960 impulsionaram a desconstrução do paradigma da defesa social e do Direito Penal do autor e começam a surgir críticas a respeito do cárcere e do sistema penal. Desde a década de 1960, a virada que aconteceu nos paradigmas da criminologia, a reação social, em contraposição ao paradigma etiológico, vem fazendo críticas ao sistema penal principalmente quando se trata da atuação dos órgãos responsáveis pela responsabilização criminal, sendo esses órgãos simples reprodutores de dominações e desigualdades sociais (GROSNER, 2005; BORGES, 2019).

As mudanças ocorridas nas críticas ao Direito Penal e como ele era visto são inauguradas pelo *labeling approach*, que serviu de base para a reação social quanto para a criminologia crítica. O *labeling* traz a ideia de estigmatização, etiquetagem do indivíduo e quais os efeitos que decorrerem desses processos sobre o que é criminalidade. “Para haver criminalidade é necessário, portanto, o desencadeamento de uma reação social correspondente. O simples desvio não é suficiente” (GROSNER, 2005, p. 33). Agora, a distribuição da criminalidade não vai depender de fatores físicos e psicológicos, mas de processos de interações sociais nos quais se definirá o que é ou não uma conduta delituosa.

A criminalidade é vista como um fenômeno particularmente de estratos inferiores da sociedade, sendo os estratos mais altos pouco representados, o que nos levaria a conceber que ela está ligada aos fatores sociais da pobreza. No entanto, a criminalidade não é comportamento especial de determinada classe social, mas sim de toda a sociedade. Ela não é um evento próprio da natureza, mas a construímos através de processos de interação e definição conceitual, como acontece no processo de formação das normas que punem determinado ato. Há, aí, o problema de como se definir teoricamente e fenomenologicamente o que é “criminalidade” (BARATTA, 2002, p. 111).

Na visão de Lola de Castro (1983, p. 110-111),

a criminalidade não é uma realidade que existe na natureza, mas uma construção social que depende dos “juízos adscritivos” que produzem a qualidade de criminoso na pessoa a quem se aplica. Uma construção social que está em constante criação e que provém, não das regras de Direito Penal, mas das regras que condicionam a atividade de definição das instâncias de controle. [...] ela viria a ser um resultado de uma série de situações estruturais (conflito social), que seriam responsáveis por sua distribuição diferencial nos diferentes níveis sociais.

Nessa perspectiva, certas instituições que têm o poder de estabelecer o que deve ser definido como crime e quem deve levar o status de criminoso, conduzem o processo de direcionamento da criminalização para as classes econômicas menos favorecidas. O poder que essas instituições têm para definir quais condutas serão tipificadas como crime faz com que as classes sociais subalternas sejam mais visadas pelos processos de criminalização e por quem detém o poder de controle social (BARATTA, 2002, p. 12-13). A criminalidade não pode ser entendida sem antes se estudar o funcionamento do sistema penal, percorrendo a formação das normas até a ação das instâncias oficiais de controle (GROSNER, 2005, p. 48).

A partir daí forma-se o “etiquetamento” do criminoso, “elevando o indivíduo por cima dos que rodeiam, tornando-o visível e ao mesmo tempo invisível. Mais visível porque a etiqueta, ao fazê-lo diferentemente, o separa do grupo. [...] A etiqueta, pois obscurece e esconde todas as demais características do indivíduo” (CASTRO, 1983, p. 104), tirando todas as suas qualidades para que possa se adaptar às condições e regras impostas dentro das unidades prisionais.

Apesar das contribuições que a Criminologia da Reação Social trouxe para os estudos da Criminologia Crítica, devemos olhar para a os processos de criminalização sob uma ótica materialista, com a ideia de relação desigual entre as estruturas sociais antagônicas e os processos de produção de uma sociedade capitalista. A criminalidade é distribuída de forma desigual diante dos interesses que o sistema capitalista e a classe dominante impõem. O processo de criminalização, então, detém uma dupla seleção: “seleção dos bens protegidos penalmente e a seleção dos indivíduos estigmatizados entre todos os indivíduos que realizam infrações a normas penalmente sancionadas” (BARATTA, 2002, p. 161).

A criminalidade é praticada por largos estratos da sociedade, desde os mais baixos até os mais altos. Ela se opera em três tipos, sendo a criminalidade legal, criminalidade aparente e a criminalidade real. A criminalidade legal é o tipo que está registrada em estatísticas oficiais. A criminalidade aparente chega ao conhecimento dos órgãos de controle, mas não estão nos números oficiais. Já a criminalidade real é toda a criminalidade cometida (CASTRO, 1983, p. 67).

A criminalização se dá em três diferentes caminhos: 1) criminalizar condutas que antes eram vistas como lícitas em condutas ilícitas por meio de determinada lei penal; 2) mecanismos de seleção entre todos os indivíduos que praticam ilícito penal; 3) após a criminalização do desviante ocorre a transformação em criminoso, formando-o em carreiras criminais (CASTRO, 1983, p. 103). Os processos de criminalização formais conhecidos são chamados de criminalização primária, secundária e terciária. A criminalização primária é o processo legislativo, onde as normas de direito penal são criadas ou modificadas. Na criminalização secundária está a atuação dos órgãos que são responsáveis por aplicar as normas, como a polícia, Ministério Público e Poder Judiciário. A criminalização terciária é a entrada do indivíduo no cárcere e a execução da pena.

Na criminalização primária estão os mecanismos legislativos das agências políticas para a criação das normas penais, a definição de bens jurídicos protegidos, quais são as condutas que devem ser tipificadas como crime e quantidade de pena, realizando, abstratamente, a primeira etapa da distribuição seletiva da etiqueta de criminoso (GROSNER, 2005, p. 43-44). Essas leis criadas têm a justificativa de prevenir novos delitos por meio de uma prevenção geral, com mecanismos de agravantes e atenuantes, qualificadoras e efeitos privilegiadores (JÚNIOR; MENDES, 2008, p. 10).

A criminalização secundária é a atuação das agências responsáveis pela aplicação da norma penal sobre pessoas concretas, como Polícia, Ministério Público e Judiciário. Ela se opera com limitações, o que influencia na seleção e na construção de um estereótipo de criminoso, colocando determinados indivíduos em situação de vulnerabilidade de ser selecionado. Esse processo é onde efetivamente se opera a seleção por conta da atuação discricionária que os órgãos de controle detêm, distribuindo o status criminal de acordo com estereótipos e preconceitos pré-existent (GROSNER, 2005, p. 46-56).

O primeiro passo de seleção da criminalização secundária é operado pela Polícia, órgão que mais exerce o poder punitivo, na qual encaminha ao Ministério Público o relatório final do inquérito policial. O Ministério Público é responsável pela segunda fase do controle penal, na qual opina se arquiva ou acusa em determinado processo. O terceiro e último passo da criminalização secundária é o Poder Judiciário, que decide o andamento dos processos, enquadramento do tipo penal e, em caso de condenação, fixa a pena (GROSNER, 2005, p. 57-58).

Na primeira fase de fixação da pena o juiz detém de certa discricionariedade, relacionada à análise da culpabilidade, antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime. A liberdade que os juízes têm no momento de fixação da pena não levam à proporcionalidade válida, onde as penas-bases fixadas podem chegar, inclusive, ao máximo legal estabelecido. Os “problemas” da discricionariedade dada ao Poder Judiciário estão no silêncio do legislador em não impor quesitos numéricos válidos no momento de majoração da pena-base e na ausência de limitação material máxima. Falta de critérios objetivos no momento de quantificação das penas dá margem para amplas arbitrariedades (MELLO PRANDO; LIMA, 2017, p. 19-20) o que facilita a entrada e permanência desproporcional nas unidades prisionais de mais pessoas que são estigmatizadas e selecionadas pelo sistema de Justiça Criminal.

O terceiro processo de criminalização – criminalização terciária – se dá com a entrada no cárcere. A partir desse momento o indivíduo sente-se inferior aos demais e vai perdendo sua identidade para poder se adaptar às regras impostas no cumprimento da pena, diminuindo as chances de regressar normalmente à vida social. O cárcere, criado com intuito de ressocializar e inserir o indivíduo em sociedade, fracassa nessa missão. Por isso, defende-se uma política carcerária reformista através de profundas reformas estruturais com progressiva descriminalização de determinadas condutas, reformas no modo de produção e nas relações capitalistas em que favoreçam a igualdade, a democracia e alternativas humanitárias. Exemplo disso são substituições por outras formas que não estigmatizem o indivíduo, como sanções administrativas ou civis, e processos alternativos de controle do desvio (CASTRO, 1983; BARATTA, 2002).

Com isso, os processos de criminalização tendem a selecionar determinados indivíduos que serão e farão parte da população carcerária: as classes subalternas. Falta de colocação no mercado de trabalho, posição precária na sociedade, “defeitos” de formação familiar e educacional, são bases para a colocação da etiqueta de criminoso. O sistema educacional e o sistema penal estão interligados no sentido de que ambos não oferecem estímulos para inserção e integração dos menos favorecidos na sociedade, fatos esses que favorecem a enorme incidência de crimes contra o patrimônio e entrada de indivíduos nas penitenciárias (BARATTA, 2002, p, 175).

A estrutura do sistema penal demonstra uma tendência a preservar interesses das elites econômicas e políticas como forma de dominação de classes, favorecendo a exclusão. Os discursos das agências políticas ao criar ou modificar determinada lei penal é de que ela atingirá a todos, sem nenhuma distinção, reafirmando o princípio da igualdade do Direito Penal. Podemos dizer que o sistema de Justiça Criminal funciona, contudo temos que fazer a seguinte pergunta “para quem ele funciona e continua funcionando?”. Veremos, adiante, com base em dados divulgados pelo DEPEN, para quê e para quem estão direcionados os processos de criminalização.



## 1.2 – Perfil dos encarcerados – Geral

O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias é uma plataforma de dados mantida pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, que sintetiza as estatísticas do sistema penitenciário brasileiro sobre os estabelecimentos penais e população carcerária. Essa plataforma é alimentada por meio de coleta de dados pelos gestores de todos os estabelecimentos prisionais do país e enviados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública para serem compilados e divulgados. As informações gerais do DEPEN dão conta de que o Brasil, no período atualizado entre julho a dezembro de 2019, possuía uma superpopulação carcerária de 748.009 presos. Destes, 362.574 cumprem pena em regime fechado (48,47%), 133.408 em regime semiaberto (17,84%) e 222.555 são presos provisórios (29,75%). (BRASIL, 2020).

Outro importante indicador de dados sobre o sistema carcerário brasileiro é o Banco Nacional de Monitoramento de Presos – BNMP. O Banco é um sistema eletrônico do Conselho Nacional de Justiça que assessora órgãos responsáveis pelo sistema de justiça criminal e está relacionado à prisão, internação e soltura de pessoas em território brasileiro. O BNMP indica população carcerária de 887.810 pessoas privadas de liberdade, dado ainda maior que os divulgados pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Segundo os dados do Banco, os presos em execução definitiva somam 290.814 e em execução provisória são 192.427. Desse total, 838.220 são homens e 47.163 são mulheres (BRASIL, 2020).

Detalhando os dados do Levantamento, a faixa etária entre 18 a 24 anos ocupa 23,29% do total de pessoas encarceradas e entre 25 a 29 anos totaliza cerca de 21,5%. Entre 30 a 45 anos somam cerca 37% das pessoas privadas de liberdade. A população entre 46 a 60 anos corresponde a cerca de 7,18% do total. Maiores de 60 anos e sem informações de idade contabilizam cerca de 11% (BRASIL, 2020).

O Levantamento de 2019 não dispunha de dados nacionais sobre escolaridade das pessoas privadas de liberdade. Foi analisado esse tópico específico, então, no Levantamento de 2017. A maioria esmagadora dos encarcerados tem ensino fundamental incompleto, totalizando 51,35%. Os presos com ensino fundamental completo somam 13,15%. Já os analfabetos e alfabetizados são 9,3% do total. Esses números mostram que cerca de 74% dos encarcerados

não alcançaram o nível médio. Os outros níveis de escolaridade – ensino médio incompleto e completo e superior incompleto e completo – somam 26% (BRASIL, 2017).

Em composição da população carcerária por cor/raça, pardos e pretos são maioria no sistema prisional. Os pardos somam 328.108 presos, sendo 50% do total. Os pretos, em números, 110.611, formando quase 17%. Já os brancos, amarelos e indígenas, juntos, são 218.905 das pessoas privadas de liberdade, alcançando 33%. Somando apenas os pardos e pretos, eles são 67% de toda a massa carcerária brasileira (BRASIL, 2020). É de chamar atenção os altos índices de aprisionamento da população negra<sup>8</sup>. A Constituição Federal traz conceitos de uma sociedade justa e igualitária, que seja livre de marginalização e pobreza. Essas abstrações jurídicas estão opostas à atuação do Poder Público, visto que há direcionamento para punição de grupos específicos e marginalizados da sociedade.

Na incidência por categoria penal, ganham protagonismo a criminalidade contra o patrimônio e relacionados ao tráfico de drogas (Leis n. 6.368/76 e 11.343/06), seguido dos crimes contra a pessoa. As categorias contra o patrimônio são responsáveis pelo encarceramento de 51% e os crimes da Lei de Drogas ocupam 20,28% do total. Somente essas duas, juntas, correspondem a 71,28% de toda a população carcerária (BRASIL, 2020).

O aprisionamento feminino também tem seu destaque. A maioria das mulheres encarceradas são pardas e pretas. Os crimes relacionados a elas são, em sua maioria, referentes ao tráfico de drogas (51%), seguidos da criminalidade patrimonial (26,5%) (BRASIL, 2020). Apesar da superpopulação e falta de vagas nos estabelecimentos, o sistema penal continua “funcionando” para prosseguir encaminhando-as às cadeias.

Independentemente de homens representarem mais condenações por criminalidade contra o patrimônio e as mulheres por crimes da Lei de Drogas, as condenações por esses delitos unem homens e mulheres por todo o Brasil. Condenações por crimes contra o patrimônio e tráfico de drogas somam 71.28% da população carcerária masculina. Já as mulheres, pelos mesmos crimes, correspondem a 77,5%.

Considerando os números aqui apresentados, o perfil dos encarcerados nacionalmente, portanto, é de homens jovens, com baixa escolaridade, negros, condenados em maior parte por crimes relacionados ao tráfico de drogas e ao patrimônio.

---

<sup>8</sup> A demografia do IBGE utiliza, em cor/raça, as seguintes opções de autodeclaração: branca, preta, parda, indígena ou amarela. Os negros o IBGE conceitua como a soma de pretos e pardos para efeitos de análise.

Todavia, esses dados não são por acaso. As maiores incidências de categorias penais praticadas em sociedades capitalistas são contra o patrimônio. Isso é natural visto que o sistema de distribuição capitalista não é igualmente atingido por todos, favorecendo a exposição dos estratos sociais mais baixos à criminalidade patrimonial. Nesse tipo de sociedade há uma distribuição desigual da criminalidade pelos órgãos responsáveis pela elaboração, aplicação e execução da lei penal, recrutando das classes baixas a população criminosa. Conforme Baratta (2002), em seu clássico “Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal”, a maioria dos delitos cometidos são contra o patrimônio, e, relacionando a afirmação com os dados atuais sobre o sistema carcerário e o perfil dos encarcerados, somos levados a inferir que o Direito Penal continua perpetuando e retroalimentando as relações de desigualdades existentes.

Nosso Código Penal (CP) é extremamente patrimonialista, impondo, por vezes, penas maiores a crimes contra o patrimônio do que qualquer outro tipo penal. Um exemplo disso é o apenamento de um crime contra a liberdade e de um delito patrimonial. O artigo 149 do CP traz a previsão de que “reduzir alguém a condição análoga à de escravo”, crime contra a liberdade individual, em que a vítima é submetida a esforços que violam a dignidade da pessoa humana, impõe pena de dois a oito anos. Já no crime de sequestro com fim de obter vantagem, crime patrimonial, previsto do artigo 159 do CP, a previsão de pena é de oito a quinze anos e, se restringir a liberdade da vítima por mais de vinte e quatro horas, a pena pode ser de doze a vinte anos (art. 159, § 1º). Percebe-se que nem o homicídio simples (art. 121 do CP) impõe uma pena tão alta (JÚNIOR; MENDES, 2008, p. 16).

No que concerne ao crime de tráfico de drogas, sabe-se que é praticado por diversos estratos da sociedade, por diferentes classes sociais. Mas devido aos estereótipos e à lógica seletiva existente no sistema de justiça criminal, há um direcionamento desproporcional da repressão contra sujeitos de classes sociais subalternas, sob critérios classicistas e racistas, imunizando os indivíduos de classes mais altas, já que estas, além da imunidade concedida, detém meios mais sofisticados para a prática de delitos relacionados à Lei de Drogas (BORGES, 2019, p. 205-207). Percebe-se que a criminalidade é dirigida para agentes específicos dentre todos aqueles que praticam ilícitos penais.

A definição do que é “criminalidade” é distribuída por agentes sociais de camadas com alto poder econômico, político e educacional. Essa distribuição é feita de forma desigual atrelada a mecanismos de seletividade sobre a diferença de classes, o que refuta a tese de igualdade de que o Direito Penal alcança a todas e todos. Outros tipos de criminalidade, a

exemplo da criminalidade política, ambiental, econômica e contra o trabalhador, são mais danosas que a criminalidade efetivamente perseguida pelos órgãos de poder, refletindo em quem compõe a formação do cárcere (BARATTA, 2002, p. 196-197).

Apresentado o perfil nacional de encarcerados, analisa-se, a seguir, o perfil no qual se centra o presente trabalho.

### **1.3 – Perfil dos encarcerados do Distrito Federal**

No Distrito Federal a realidade do cenário nos estabelecimentos prisionais não é muito diferente da média nacional. Vejamos a análise dos dados.

O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do DEPEN informa que o Distrito Federal possui um total de 16.363 pessoas privadas de liberdade, sendo 8.312 em regime fechado, o que corresponde a cerca de 50%. 5.361 estão em regime semiaberto, totalizando 32%. E 2.894 são presos provisórios, ficando em 17,5%. Os números do Banco Nacional de Monitoramento de Presos revelam que o DF possui 17.647 pessoas privadas de liberdade, sendo 10.959 em execução definitiva, 2.020 em execução provisória e 4.513 são presos provisórios (BRASIL, 2020).

De acordo com o Levantamento, a faixa etária da população prisional do DF entre 18 a 24 anos ocupa 21% do total. Entre 25 a 29 anos totaliza 24,68% dos encarcerados. A faixa que vai de 30 a 45 anos soma 44,5% do total de presos. Já entre 46 a 60 anos perfazem 7,6%. Por fim, maiores de 60 anos e sem informação de idade são 2% (BRASIL, 2020). Esses dados mostram que o policiamento e prevenção de crimes atuam principalmente nos conflitos envolvendo jovens entre idade de 18 a 29 anos, deixando evidente que a seletividade penal e criminal visa segmentos específicos da sociedade não só em âmbito nacional como também no âmbito do Distrito Federal.

O Levantamento de 2019 não dispunha de dados sobre níveis de escolaridade das pessoas privadas de liberdade no âmbito do Distrito Federal. Foi analisado esse tópico específico no Levantamento de 2017. Os analfabetos, alfabetizados, com ensino fundamental

incompleto e fundamental completo são 63% do total das pessoas encarceradas. Os outros níveis de escolaridade – ensino médio incompleto e completo e superior incompleto e completo – ocupam 27% (BRASIL, 2017). Esse quadro de baixa escolaridade da sociedade brasileira, principalmente da população carcerária, reflete nos índices de violência e encarceramento.

No quesito cor/raça, a realidade do DF é ainda mais seletiva que a média nacional. Analisando os números, 56% dos presos são pardos, o que totaliza 8.719. Os pretos são 28%, sendo 4.343 presos. Já os brancos e amarelos compõem 16%, formando um total de 2.456 presos (BRASIL, 2020). Somente os pardos e pretos, somados, representam 84% de todas as pessoas inseridas no cárcere do Distrito Federal, o que nos coloca muito acima da média nacional, que ficou em 67% para os mesmos grupos.

Quanto à incidência por categoria penal os crimes contra o patrimônio – este em maior evidência – e relacionados ao tráfico de drogas (Leis n. 6.368/76 e 11.343/06) imperam na realidade carcerária do DF, seguidos de crimes contra a pessoa. Os crimes contra o patrimônio alcançam 62,5% de todo o total de presos do DF. O tráfico de drogas encarcera 14,5% de toda a massa carcerária. Somente essas duas categorias penais somam 77% (BRASIL, 2020).

Esses dados mostram que o DF repete, porém em números maiores, o perfil nacional dos encarcerados: homens jovens com baixa escolaridade, negros, condenados em sua maioria por crimes relacionados ao tráfico de drogas e ao patrimônio.

Diante do perfil dos encarcerados aqui descritos, em conjunto com a elevada taxa de superlotação do sistema prisional, faz-se oportuno refletir sobre a necessidade de mecanismos para que se garantam a efetivação dos direitos humanitários às pessoas privadas de liberdade. Vislumbra-se a possibilidade de a prisão domiciliar humanitária fazer frente ao cenário descrito, que será trabalhada adiante, com seus respectivos atos normativos e os pressupostos para aplicação.

#### **1.4 – Prisão domiciliar humanitária com monitoramento: atos normativos e pressupostos de aplicação**

O sistema penal brasileiro é permeado por diversas violações de direitos e garantias fundamentais. Visto e feito para ser um sistema ressocializador, retornando o sentenciado à sociedade, é considerado um perpetuador de ações e habilidades que colocam o preso em uma verdadeira carreira criminosa. O modelo de cárcere atual continua favorecendo as desigualdades sociais existentes e encarcerando mais pessoas, tanto que detemos a terceira maior população carcerária do mundo (DEPEN, 2015). Esse modelo de intervenção penal sobre os indivíduos, encarceramento em massa e com altas penas de prisão, antes mesmo de ter efeito reeducativo, insere o “delinquente” em uma identidade desviante e ingresso em “uma verdadeira e própria carreira criminosa”, colocando em dúvida a ideologia do sistema carcerário de atuar na ressocialização (BARATTA, 2002, p. 90).

Tentando minimizar o problema da superpopulação carcerária, visando ressocialização mais digna dos presos e redução do número de encarcerados, surgiram os debates para a proposta da monitoração eletrônica no Brasil.

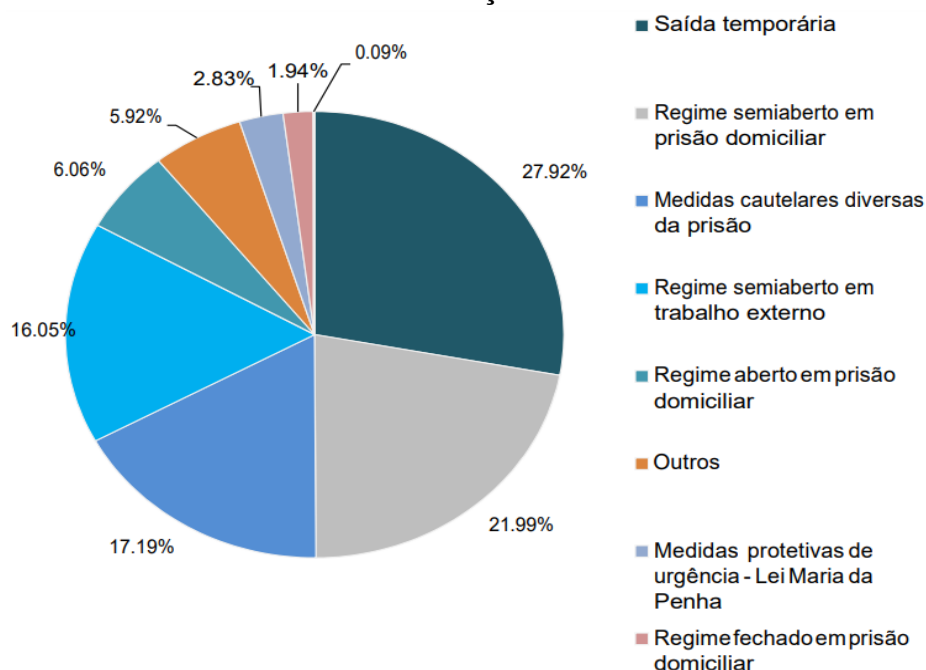
Vimos que o monitoramento eletrônico foi posto em prática na legislação nacional, primeiramente, por meio da Lei Federal n. 12.258 de 2010, que introduziu na LEP, artigo 146-B, a possibilidade de vigilância eletrônica de condenados em casos específicos. A monitoração, na execução, pode ser utilizada em casos de saída temporária no regime semiaberto e na aplicação de prisão domiciliar, por determinação do juízo. Menos de um ano após, foi promulgada a Lei Federal n. 12.403 de 2011, que incorpora outras medidas cautelares diversas da prisão no Código de Processo Penal. O monitoramento passa a ser previsto no artigo 319, inciso IX. Essas alterações promovidas levaram em consideração o alto número de presos provisórios existentes no Brasil.

Para a regulamentação da monitoração de pessoas, foi promulgado o Decreto Federal n. 7.627, de 24 de novembro 2011, que traça algumas diretrizes. Ele conceitua a monitoração eletrônica como sendo “a vigilância telemática posicional à distância de pessoas presas sob medida cautelar ou condenadas por sentença transitada em julgado, executada por meios técnicos que permitam indicar a sua localização” (art. 2º). O monitorado recebe o documento referente à monitoração e os procedimentos que devem ser seguidos. Já a responsabilidade pelo

processo de administração, execução e controle cabe aos órgãos de gestão penitenciária. A monitoração deve ser utilizada de forma que respeite a integridade fundamental do preso monitorado. O Decreto traz ainda a previsão de sigilo dos dados de quem estiver sob monitoramento eletrônico.

O monitoramento eletrônico, no Brasil, é utilizado mais na execução penal do que como medida cautelar diversa da prisão e esse fato favorece o quadro de altos índices de presos provisórios. Dados de 2018, divulgados por meio do “Diagnóstico sobre a Política de Monitoração Eletrônica”, do DEPEN, detalham as modalidades de utilização da política:

**Gráfico 1 – Modalidades de Utilização de Monitoramento eletrônico**



Fonte: DEPEN, 2017.

Na prática, a monitoração como medida cautelar, ao que parece, não tem sido muito utilizada. Dados do Levantamento do DEPEN e do Banco Nacional de Monitoramento de Presos do Conselho Nacional de Justiça, também já citados neste trabalho, mostram os altos números de presos provisórios no Brasil. Mais de 73.96% das pessoas monitoradas encontram-se em execução de pena. As medidas cautelares diversas da prisão juntamente com medidas protetivas de urgência representam somente 20,02% do total. Esses dados levantam a hipótese de alternativas ao cárcere com a utilização da monitoração. Entretanto, ela também pode ser uma forma de ampliação do controle penal (DEPEN, 2018).

Visto com uma forma para desencarcerar pessoas, há quem enxergue o monitoramento como extensão do cárcere e reforço punitivo do sistema penal. Zackzeski e Caixeta (2015, p.

464) alertam que “esse tipo de vigilância pode, como característica de uma arquitetura panóptica, levar a consequentes processos de estigmatização dos indivíduos a ela submetidos mesmo que estes não tenham vivido a experiência do encarceramento”. O equipamento colocado atrai atenção e olhares de outras pessoas sob o indivíduo, trazendo sensação de medo e julgamentos por parte da sociedade.

O monitoramento foi pensado de forma a reduzir os altos índices de presos existentes, sejam eles definitivos ou provisórios. Antes da alteração da LEP pela Lei n. 12.258/10, presos que tinha direito aos benefícios das saídas temporárias e cumprimento de prisão domiciliar não eram submetidos a qualquer tipo de controle eletrônico. A aplicação da monitoração eletrônica nessas duas hipóteses nada mais faz do que estender os efeitos intramuros do cárcere, reforçando o controle punitivo do estado sob o apenado, já que essas medidas poderiam e eram concedidas sem imposição de vigilância eletrônica (FIGUEIREDO, 2019, p. 36).

O monitoramento, por si só, não pode ser usado como trunfo e único meio contra o problema da superpopulação carcerária. Inclusive, ele é a última hipótese elencada dentre as medidas cautelares diversas da prisão. Mesmo com investimento dos estados para implementação da medida, a monitoração não tem tido utilidade quando se fala em reduzir as taxas de encarceramento e entrada de mais pessoas no sistema carcerário (DEPEN, 2018).

A monitoração, se não utilizada de forma altamente responsável e cautelosa, é capaz de rebaixar a imagem do indivíduo em suas relações sociais. Ela tem potencialidade, se realmente colocada em prática pelo Poder Público, de reduzir o encarceramento em massa<sup>9</sup> e o número de presos provisórios. Para que isso seja possível devem ser adotados protocolos e diretrizes nacionais claros voltados à orientação do serviço para que a vigilância eletrônica não se torne mais uma forma de controle e endurecimento do sistema penal. Deve-se, também, adotar princípios e diretrizes que garanta a privacidade e proteção dos dados das pessoas monitoradas (DEPEN, 2018).

Deve ser implementada de modo que garanta o fortalecimento dos direitos humanos, dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana, pautada na proteção da vida, em seu devido desenvolvimento e na autodeterminação. Há de se incluir, também, equipes multidisciplinares para acompanhamento psicossocial a fim de minimizar os efeitos danosos do

---

<sup>9</sup> Encarceramento em massa, expressão trabalhada pela escritora e advogada norte-americana Michelle Alexander, é utilizada para demonstrar os altos índices de aprisionamento de pessoas negras como parte de dominação e segregação racial. Há também outros termos utilizados quando se fala somente da alta quantidade de presos, como “superpopulação carcerária”.



uso da tornozeleira. Mas não se deve ignorar medidas e possibilidades menos danosas que a monitoração, a exemplo de alternativas penais postas à disposição (DEPEN, 2018).

Por ferir a autodeterminação do indivíduo, afetando o princípio da dignidade da pessoa humana, o monitoramento deve ser utilizado apenas em situações necessárias e específicas para que o controle penal por parte do Estado sobre o indivíduo seja a última instância para o controle social. Os comportamentos penais com relevância é que devem ser atingidos pela medida (BOTTINI, 2008, p. 389-390).

Traçadas, portanto, algumas considerações sobre o monitoramento eletrônico antes de se discutir, efetivamente, a prisão domiciliar humanitária, como visto acima, já que no Distrito Federal ela tem a particularidade de ser concedida acompanhada de monitoração. A prisão domiciliar humanitária tem previsão legal no artigo 117 da LEP e no CPP, artigos 318 e 318-A. No entanto, para fins de posicionamento do estudo deste trabalho, será tratada somente da prisão domiciliar humanitária na execução da pena.

O artigo 117 da LEP preceitua que se admitirá recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando: condenado maior de 70 anos; acometido de doença grave; com filha ou filho menor ou deficiente físico ou mental e condenada gestante. Apesar de citar que a domiciliar será aplicada em regime aberto, a jurisprudência do STJ e STF tem dado ampliação à interpretação do artigo, também aos regimes fechados e semiaberto, independente da natureza ou da gravidade do crime pelo qual o indivíduo está respondendo ou já foi condenado.

Em 2008, ao analisar o RHC n. 94.358/SC, a Segunda Turma do STF discutiu a hipótese de aplicação de prisão domiciliar nos termos do artigo 117, da LEP, a uma paciente idosa presa em regime fechado, condenada por tráfico de entorpecentes, e com estado grave de saúde demonstrado em diversos laudos no processo. De acordo com o informativo n. 504/2008 do STF, ficou assentado que

[...] a transferência de condenado não sujeito a regime aberto para cumprimento da pena em regime domiciliar é medida excepcional, que se apoia no postulado da dignidade da pessoa humana, o qual representa, considerada a centralidade desse princípio essencial, significativo vetor interpretativo, verdadeiro valor-fonte que conforma e inspira todo o ordenamento constitucional vigente no país e que traduz, de modo expressivo, um dos fundamentos em que se assenta a ordem republicana e democrática consagrada pelo sistema de direito constitucional positivo (BRASIL, STF, 2008).

As discussões de pano de fundo da prisão domiciliar humanitária estão nos ditames dos princípios constitucionais dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana. A própria Constituição garante, como objetivo da República, a promoção do bem de todos, independentemente de situação ou condição social. Isso, inclusive, vale para as pessoas privadas de liberdade que, mesmo no cárcere, não deixam de ter seus direitos garantidos (CARVALHO; MAIA, 2019, p. 50). Porém, o sistema penal brasileiro é um perpetuador de diversas violações de direitos existentes e dificulta um tratamento de saúde adequado. Por conseguinte, nas atuais condições de insalubridade vivenciadas no sistema carcerário, impulsionadas com a crise de saúde pública causada pela Covid-19, é de se esperar que pessoas em condições debilitadas de saúde possam ser colocadas em prisão domiciliar.

Feitas algumas reflexões sobre o monitoramento eletrônico e a prisão domiciliar humanitária no plano federal, passa-se à análise dos referidos institutos na realidade do DF.

No Distrito Federal, em 2018, os autos n. 0007891-31.2018.8.07.0015 tratou do Ofício da então Subsecretaria do Sistema Carcerário encaminhado à Vara de Execuções Penais, o qual comunicou disponibilidade de expansão da monitoração eletrônica, incrementando o quantitativo que já havia à época. A VEP trouxe para si e no âmbito de sua competência sobre o regime fechado e semiaberto, a responsabilidade pela concessão da monitoração eletrônica para os condenados que estivessem em saída temporária no regime semiaberto e em casos de prisão domiciliar humanitária.

No entanto, considerou que em período de maior fruição de presos que têm direito à saída temporária não haveria pessoal suficiente para analisar cada processo a fim de verificar a adequação da situação processual. Também considerou que não haveria condições de retirada e colocação de tantos equipamentos ao mesmo tempo. Diante disso, a VEP entendeu ser lamentável o uso da monitoração eletrônica nas saídas temporárias, pois esta é destinada a testar a capacidade e autodisciplina do condenado de se inserir em sociedade, sendo incoerente impor o ônus do monitoramento no gozo de benefício externo (TJDFT, 2018).

Nesse sentido, ficou disciplinado o uso da monitoração eletrônica no âmbito da Execução Penal do Distrito Federal nas seguintes hipóteses:

I – prisão domiciliar humanitária, estando o(a) sentenciado(a) no cumprimento da pena em regime fechado ou semiaberto, desde que, comprovadamente, através de perícia médica oficial, ele seja portador de doença ou condição física que o impeça de ser tratado no âmbito do sistema prisional;

II – prisão domiciliar humanitária quando, comprovadamente, o(a) sentenciado(a) seja pessoa imprescindível aos cuidados de filhos menores de 12 anos, ou portador de necessidades especiais ou doença grave, em qualquer idade (VEP, 2018, p. 5-6).

A atual crise de saúde pública pela pandemia da Covid-19 deu mais impulso às discussões sobre o estado e condições do sistema carcerário brasileiro e às alternativas penais que minimizem o impacto do vírus em espaço de confinamento de pessoas, com adoção de medidas por parte do Poder Público. A partir dessas situações foi editada a Recomendação n. 62 pelo CNJ, que trata de medidas para evitar a propagação do coronavírus no sistema de justiça criminal. No tópico adiante serão trabalhadas as orientações da Recomendação para o sistema carcerário.

### **1.5 – Recomendação n. 62 do CNJ e seus efeitos no Sistema Carcerário**

A Recomendação n. 62 do CNJ traz em seu bojo orientações aos Tribunais e magistrados para a adoção de medidas que visem prevenir a propagação da infecção pelo novo coronavírus no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo, com procedimentos a serem adotados para casos suspeitos ou confirmados. Traz especial consideração aos grupos de risco para infecção pela Covid-19 como as pessoas idosas, pessoas com doenças crônicas e respiratórias e outras comorbidades preexistentes que possam agravar o estado de saúde a partir do contágio (BRASIL, 2020). Estabelece regras para prevenção da infecção e propagação do vírus em estabelecimentos e espaços de confinamento de pessoas, como forma de reduzir os riscos epidemiológicos e à saúde, preservando a integridade das pessoas privadas de liberdade, visitantes e agentes públicos (BRASIL, 2020).

A Recomendação considera a alta transmissibilidade da Covid-19 e o alto risco de contágio nos estabelecimentos por conta da aglomeração nas celas, a insalubridade desses espaços, dificuldades para garantia dos protocolos mínimos de higiene que são exigidos para diminuir a propagação do vírus, baixo quantitativo de pessoal presentes nas unidades, dever do Estado em assegurar e garantir saúde mínima às pessoas privadas de liberdade, dentre outras.

Aos magistrados com competência sobre a execução penal, recomenda, entre outras medidas, a concessão de saída antecipada dos regimes fechado e semiaberto, nos termos da

Súmula Vinculante n. 56 do STF; colocação em prisão domiciliar de pessoa presa com diagnóstico suspeito ou confirmado de Covid-19, de acordo com critérios definidos pelo Juiz da Execução; e que zelem pela elaboração e implementação de Plano de Contingências elaborado pelo Executivo (BRASIL, 2020).

O artigo 5º da Recomendação orienta aos magistrados que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos, considerem algumas medidas a serem adotadas:

Art. 5º - Recomendar aos magistrados com competência sobre a execução penal que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerem as seguintes medidas:

I – concessão de saída antecipada dos regimes fechado e semiaberto, nos termos das diretrizes fixadas pela Súmula Vinculante no 56 do Supremo Tribunal Federal, sobretudo em relação às: a) mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até 12 anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência e demais pessoas presas que se enquadrem no grupo de risco; b) pessoas presas em estabelecimentos penais com ocupação superior à capacidade, que não disponham de equipe de saúde lotada no estabelecimento, sob ordem de interdição, com medidas cautelares determinadas por órgão de sistema de jurisdição internacional, ou que disponham de instalações que favoreçam a propagação do novo coronavírus;

[...]

III – concessão de prisão domiciliar em relação a todos as pessoas presas em cumprimento de pena em regime aberto e semiaberto, mediante condições a serem definidas pelo Juiz da execução;

IV – colocação em prisão domiciliar de pessoa presa com diagnóstico suspeito ou confirmado de Covid-19, mediante relatório da equipe de saúde, na ausência de espaço de isolamento adequado no estabelecimento penal;

[...]

Parágrafo único. Em caso de adiamento da concessão do benefício da saída temporária, o ato deverá ser comunicado com máxima antecedência a presos e seus familiares, sendo-lhes informado, assim que possível, a data reagendada para o usufruto, considerando as orientações das autoridades sanitárias relativas aos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do novo coronavírus (BRASIL, 2020, p. 6-7).

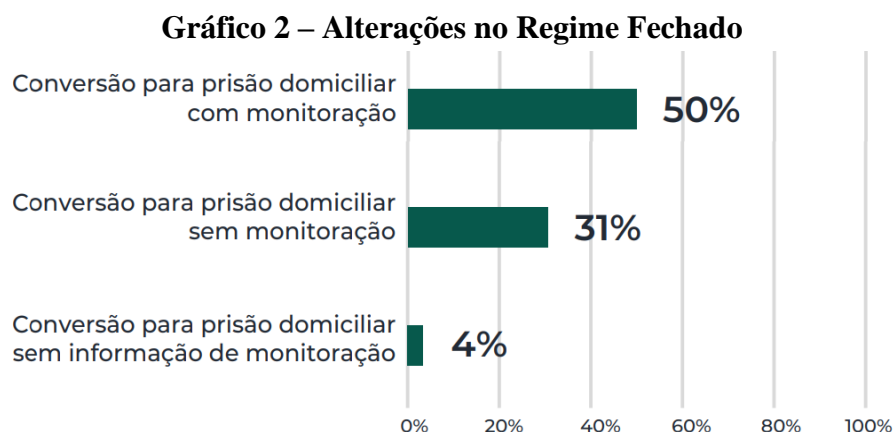
Para monitoramento dessas medidas em todo o território nacional, o CNJ divulgou o Relatório I para Monitoramento da Recomendação, no mês de setembro de 2020<sup>10</sup>. Apresenta informações destinadas à prevenção de disseminação e controle da Covid-19 nos sistemas prisionais das Unidades Federativas, com foco central nas ações que decorram da

---

<sup>10</sup> Relatório divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça a fim de monitorar os efeitos da Recomendação n. 62 no Sistema de Justiça Criminal. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/Monitoramento-Semanal-Covid-19-Info-09.09.20.pdf>. Acesso em: 25 de set. de 2020.

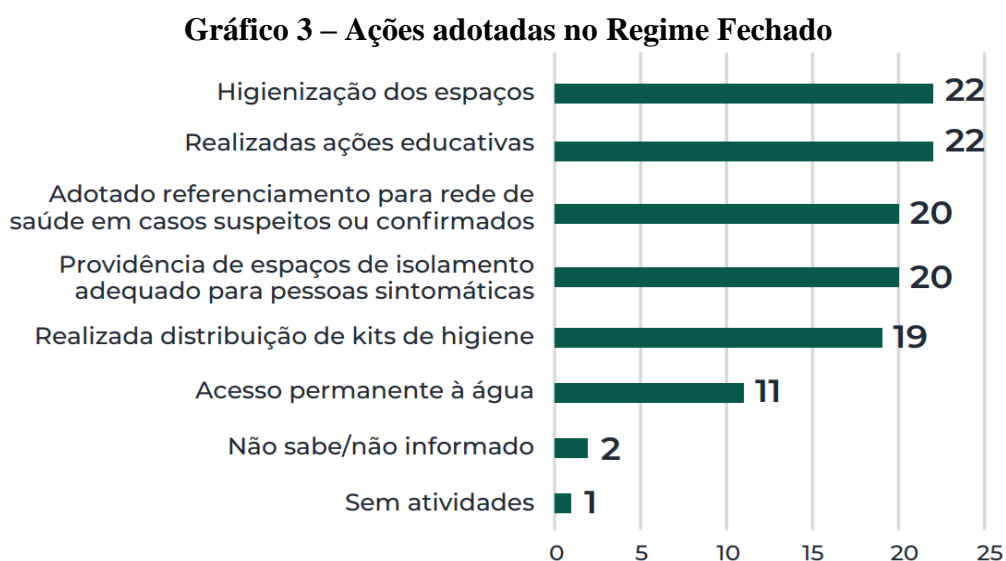
Recomendação n. 62. Os dados obtidos pelo CNJ vieram de formulários eletrônicos aplicados em cada unidade da federação pelos respectivos coordenadores do programa “Justiça Presente”.

No regime fechado de cumprimento de pena 50% das unidades federativas responderam que houve alterações. Em 31% dos estados houve alteração, mas sem opção pela monitoração eletrônica (CNJ, 2020). A maioria das mudanças adotadas pelos estados está ligada à conversão para prisão domiciliar com monitoramento eletrônico, conforme gráfico abaixo:



Fonte: CNJ/programa Justiça Presente – mar./abr. 2020.

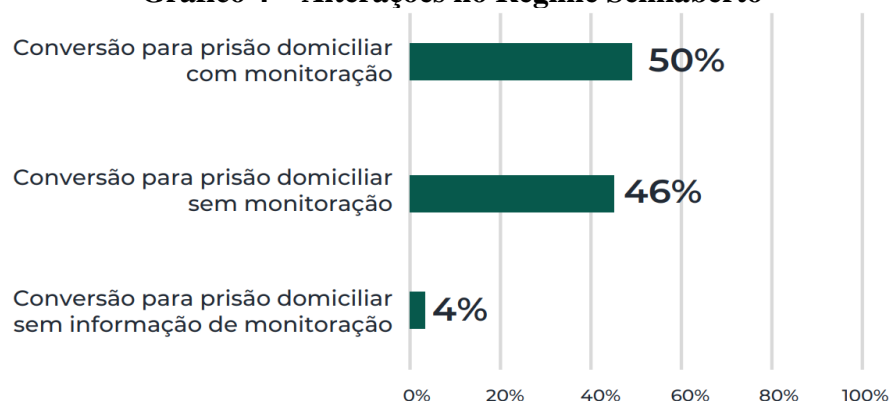
Ainda no regime fechado, a realização de higienização dos espaços de confinamento e ações educativas foram ações informadas por 22 estados. Informações sobre presos com suspeita ou confirmação de contaminação pela Covid-19 que foram referenciados para rede de saúde e adoção de espaço para isolamento de pessoas sintomáticas são relatadas por 20 estados (CNJ, 2020). O gráfico 3 apresenta, detalhadamente, as informações:



Fonte: CNJ/programa Justiça Presente – mar./abr. 2020.

No regime semiaberto as alterações foram maiores que no regime fechado. Dos estados que informaram, 24 deles haviam tido alguma mudança relacionada ao regime. As principais mudanças incorporadas, de acordo com o Relatório, foram a suspensão de apresentação periódica, adotada por 16 unidades federativas (62%) e a conversão para a prisão domiciliar, reportada por 15 UFs (58%). “Os casos de conversão para prisão domiciliar, 50% (13 UFs) concederam a conversão com monitoração e 46% (12 UFs) conversão para prisão domiciliar sem monitoração” (CNJ, 2020, p. 9). As informações do regime semiaberto estão detalhadas no gráfico abaixo:

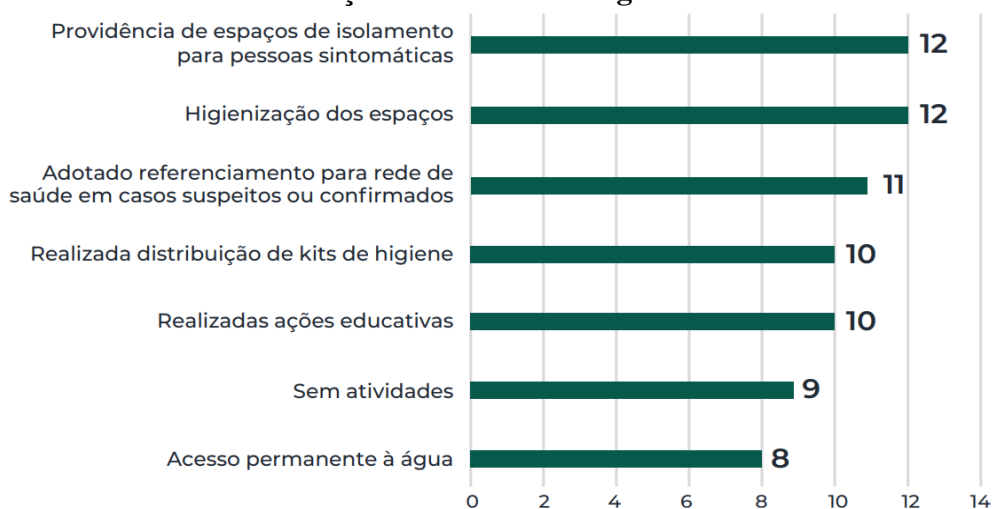
**Gráfico 4 – Alterações no Regime Semiaberto**



Fonte: CNJ/programa Justiça Presente – mar./abr. 2020.

Dentre as ações de maiores incidências em relação ao tratamento e prevenção da Covid-19 no regime semiaberto estão a adoção de espaços adequados para pessoas sintomáticas e a higienização dos espaços, ambas mencionadas por 12 estados da federação. Essas alterações são seguidas pela adoção de referenciamento para a rede de saúde em casos suspeitos ou confirmados pela doença (11 UFs). Os dados foram compilados no gráfico 5:

**Gráfico 5 – Ações adotadas no Regime Semiaberto**



Fonte: CNJ/programa Justiça Presente – mar./abr. 2020.

Apesar das alterações adotadas em ambos os regimes de cumprimento de pena – fechado e semiaberto – para diminuir os impactos da Covid-19 no sistema carcerário, é de se chamar atenção para o baixo índice de unidades federativas que oferecem acesso permanente à água aos custodiados. O Relatório também não indica a quantidade de unidades prisionais, por cada estado, que ofertam. Uma das medidas mais importantes de combate ao vírus é sempre manter as mãos limpas e devidamente higienizadas, com água e sabão. A falta de acesso permanente à água nos estabelecimentos coopera para a proliferação do vírus e, consequentemente, para a contaminação de pessoas privadas de liberdade.

Outro dado importante disponível no Relatório refere-se à monitoração eletrônica. As Centrais de Monitoração continuaram funcionando em 92% das unidades federativas, totalizando 24 UFs, e outras duas unidades não informaram sobre o funcionamento de suas Centrais. Há, também, uma demanda reprimida para uso de mais tornozeleiras, que foi identificada em 50% dos estados (13 UFs). Para suprir essa necessidade e atender à demanda seriam necessários mais de 7.500 equipamentos.

Com relação ao número de casos/óbitos, dados divulgados pelo CNJ informam que houve 184 óbitos registrados e 30.467 casos confirmados nacionalmente. O Distrito Federal ocupa a segunda posição de casos confirmados, com 1.794 casos, sendo que os números se referem aos casos de coronavírus entre detentos e policiais penais do sistema prisional, mas com maioria de infectados entre os detentos. Esses dados mostram que as medidas propostas e as adotadas não surtiram o efeito esperado no sistema prisional. O atual cenário social, diante da pandemia do coronavírus, demanda ao sistema de justiça criminal a (re)pensar alternativas penais que minimizem os riscos de transmissão e mortandade dentro do sistema carcerário do Distrito Federal, além do que permite a Recomendação n. 62.

Com a decretação pública de situação de pandemia em relação ao novo coronavírus pela Organização Mundial da Saúde e a edição da Recomendação, a Vara de Execuções Penais do DF divulgou ações que tem adotado para diminuir os impactos da disseminação do vírus no sistema carcerário local. Criou-se um grupo emergencial para monitoramento da crise que poderia ser causada no sistema carcerário pela contaminação em massa. Esse grupo tem em sua composição representantes da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, da Polícia Civil do Distrito Federal, da Secretaria de Saúde e do Ministério Público. Das reuniões realizadas, foi elaborado um Plano de Ação Emergencial em Saúde Pública nos Presídios do DF, que contém diretrizes para enfrentamento da situação no sistema (TJDFT, 2020).

De acordo com as ações veiculadas, foram intensificados os cuidados à saúde; oferecimento de cursos aos servidores; triagem dos presos; presos com sintomas semelhantes à Covid-19 foram separados em alas e celas específicas para cuidados médicos com mais atenção; presas idosas, gestantes e lactantes foram separadas da demais presas; cancelamento de atendimentos presenciais; aumento do horário para banho de sol aos custodiados; limpeza e esterilização de celas, alas e pátios; aquisição de equipamentos de higiene e proteção; suspensão de escoltas externas, a não ser em casos extremamente específicos; recolhimento de medicamentos que não estão relacionados ao tratamento da Covid-19; espaços específicos para quarentena de presos, dentre outras ações (TJDFT, 2020).

Para além das medidas destacadas e veiculadas pela Vara, dados do Levantamento de Informações Penitenciárias de 2019 mostram que o sistema de saúde carcerário DF possui somente 11 médicos clínicos para dar conta de uma população carcerária de mais de 17 mil presos. Dividindo o número de médicos pelo número de presos tem-se 1 profissional para cada 1,5 mil presos. Panorama que demonstra falta de assistência à saúde aos custodiados<sup>11</sup>.

Uma das medidas divulgada pela Vara refere-se especificamente à prisão domiciliar humanitária,

em que estão sendo analisados pedidos para a pessoa presa doente, portadoras de comorbidades que não podem ser tratadas pelas equipes médicas dos presídios e, ainda, às mulheres grávidas, lactantes e/ou com filhos menores de 12 anos de idade ou filhos portadores de necessidades especiais de qualquer idade com monitoração eletrônica ou não, a depender da situação fática<sup>12</sup>

Ainda nesse ponto, em decisão proferida no Pedido de Providências n. 0401846-72.2020.8.07.0015, instaurado em conjunto com a Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal para acompanhar a situação referente à Covid-19 no sistema carcerário, a VEP afirmou que vem concedendo reiteradamente prisão domiciliar humanitária com monitoração eletrônica a pessoas presas portadoras de doenças em que o tratamento não consegue ser suprido de forma adequada no interior das unidades prisionais. Afirma também que tem analisado individualmente a situação de todas as mulheres grávidas, puérperas ou mães de crianças com

<sup>11</sup> Informação disponível em <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZjA5NDUyZGUtODc1MC00YjczLWEwNGUtYmNhY2Q1OWY2NGU2IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em 17 de dez. de 2020.

<sup>12</sup> Ações que estão sendo adotadas pela VEP/DF diante do atual cenário de crise de saúde pública, divulgadas no site do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/arquivos/acoes-adotadas-pela-vep.pdf>. Acesso em: 10 de set. de 2020.



até 12 anos de idade sob sua guarda ou pessoa com deficiência, já tendo concedido dezenas de decisões que substituíram o cárcere por prisão domiciliar, sempre que preenchidos os requisitos exigidos.

Essas considerações sobre o que vem sendo feito pela VEP/DF, sejam por meio de decisões ou divulgações de ações, são importantes para compreender o comportamento do Tribunal diante das decisões tomadas pela Vara de Execuções. No próximo capítulo, serão trabalhados dados de acórdãos proferidos pelo TJDFT em sede de Agravo em Execução. Escolhe-se somente a classe Agravo em Execução por ser o recurso por excelência da execução penal.

## **CAPÍTULO 2 – ANÁLISE QUANTITATIVA DOS ACÓRDÃOS**

### **2.1 – O ponto de partida e a dificuldade inicial no acesso aos dados**

A inserção e participação do pesquisador no Grupo Candango de Criminologia – GCCrim o instigou a investigar e estudar as questões seletivas e precárias do sistema penal. Sempre buscava estar presente nas reuniões para os debates coletivos dos diversos textos criminológicos críticos acerca do Sistema de Justiça Criminal. O ponto central para fazer pesquisa e análise acerca do sistema carcerário se deu através de visita acadêmica guiada no Complexo Penitenciário da Papuda. A visita se deu como parte do conteúdo da disciplina Estágio 3 (Prática Penal), da Faculdade de Direito da UnB, tendo a profa. Dra. Ela Wiecko como titular.

Alguns pontos e as condições ali vividas, observadas durante a visita guiada, chamaram atenção para um olhar ainda mais humanista acerca do sistema carcerário. O odor, precariedade da estrutura e a insalubridade do local, até onde os estudantes foram levados, eram notórios. Cenário que denota facilidade para propagação de diversas doenças.

A proliferação da pandemia da Covid-19 nas unidades prisionais causou inquietação no pesquisador ao uma fazer releitura da visita feita ao Complexo enquanto acadêmico da disciplina Estágio 3. Diante disso e após revisão bibliográfica, surgiu a ideia de analisar processos que tramitam na Vara de Execuções Penais do Distrito Federal – VEP/DF, já que é a primeira responsável por pedidos dentro da execução penal. A proposta inicial desta pesquisa era de analisar processos judiciais de primeira instância, com foco em decisões que tratam da prisão domiciliar humanitária. Definido o recorte de análise, deu-se início aos trâmites burocráticos de pedido de autorização para realização de pesquisa acadêmica no acervo daquela Vara.

A Portaria VEP n. 8, de 25 de outubro de 2016, em seu Capítulo VI, regula os pedidos de pesquisas acadêmicas no interior de estabelecimento prisional. O artigo 21 esclarece que a realização de pesquisa acadêmica no interior de estabelecimento prisional dependerá de autorização prévia da VEP, por meio de decisão proferida após manifestação da Escola Penitenciária do DF e do Ministério Público, sendo considerados para a concessão aspectos

referentes à realidade do sistema penitenciário, como a superlotação e o déficit de servidores lotados nas unidades prisionais, bem como os trabalhos acadêmicos que já estejam sendo realizados no período (art. 21, par. único). Porém, é silente quando se trata de acesso ao acervo processual.

Dado esse silêncio, o contato inicial buscou explicações de como proceder no pedido de pesquisa para acesso ao acervo. Foi explicado por servidor(a) que deveriam ser observadas as disposições do Capítulo VI, com requerimento de autorização por meio de ofício ou petição. Leitura literal do referido capítulo indica que se aplica à pesquisa dentro de estabelecimento prisional, sem detalhar pesquisas baseadas em decisões judiciais. Por conta disso, a primeira decisão proferida pelo juízo da VEP<sup>13</sup> requereu diligências, a exemplo da exigência de instrução de cópia do Projeto de Pesquisa junto ao pedido.

Com a recomendação para protocolar o pedido de autorização foi elaborado ofício pela orientadora, também assinado pela direção da Faculdade de Direito, conforme exigência daquela Portaria. No dia 20 de agosto de 2020 o pedido foi protocolado por meio do Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU e, então, dado início à sua tramitação em 21 de agosto para que a Escola Penitenciária – EPEN se manifestasse. Como dia 21 de agosto recaiu em uma sexta, o prazo começou a correr efetivamente no dia útil seguinte, 24 de agosto.

O primeiro passo foi o encaminhamento para que a EPEN proferisse parecer. Conforme consta na Portaria o prazo para manifestação da Escola é de 15 dias corridos, porém só protocolaram o parecer 21 dias após o término do prazo, em 29 de outubro de 2020, totalizando os primeiros 36 dias de tramitação. No documento protocolado no Sistema, o órgão reconhece sua incompetência sobre o pedido, já que não se trata de pesquisa acadêmica dentro de estabelecimento prisional e sim envolvendo processos judiciais constantes no acervo da Vara. O ofício, então, retorna à VEP.

Após o retorno, o pedido foi encaminhado ao Ministério Público, no dia 29 de setembro de 2020. Também por determinação da Portaria, deve o MP se manifestar sobre os pedidos de pesquisa acadêmica em 5 dias corridos. A manifestação do Órgão ocorreu 5 dias após o término do prazo, em 9 de outubro de 2020. Em sua manifestação, para entrar no mérito do pedido, solicitou apresentação do Projeto de Pesquisa. Como já dito, não foi apresentado

---

<sup>13</sup> Processo n. 0405148-12.2020.8.07.0015. Rel. juíza Leila Cury. Decisão proferida em 13 de outubro de 2020. Processo encontra-se arquivado.

desde o início já que os documentos constantes no Capítulo VI da Portaria, remetem à pesquisa dentro de estabelecimento prisional.

No dia 13 de outubro, o pesquisador foi intimado para complementar o pedido com apresentação do Projeto de Pesquisa, cronograma de atividades, indicação de metodologia de pesquisa e dados que pretendia ter acesso, o que foi atendido no dia seguinte, 14 de outubro. Encaminhado novamente ao MP, com prazo de 5 dias corridos, aguardou-se o parecer por 12 dias até que se optou pela desistência do pedido em decisão conjunta com a orientadora desta pesquisa, protocolada em 26 de outubro, para não prejudicar seu desenvolvimento. Até o protocolo da desistência, o processo tramitou por 67 dias.

Os autos processuais e acervos judiciais fornecem diversas informações para pesquisa em distintas áreas de conhecimento, mas, como relatado, podem ter seu acesso dificultado. Os dados ali produzidos, por certo, não permitem interferência do pesquisador sobre eles, que não participa da formação dos atos processuais. Esses atos pressupõe uma articulação de regras jurídicas para possibilitar a busca por uma “verdade” processual. Como fonte de pesquisa jurídica, os processos judiciais são base adequada para descrever e analisar a aplicação de normas e sanções. Podem fornecer informações sobre a dinâmica do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensores e funcionamento concreto dessas instituições (SILVA, 2017, p. 278-280).

Apesar da riqueza de dados que um processo pode fornecer para um pesquisador, ele também pode esconder algumas armadilhas de natureza prática. A disponibilização de processos judiciais no Brasil para pesquisa, conforme analisa Silva (2007, p. 281), é dificultosa. Independentemente da informatização dos processos, o acesso a eles ainda é condicionado apenas às partes. Para ter acesso ao acervo, na maioria dos casos, deve-se obter autorização necessária para a realização da pesquisa, que depende de conveniência do órgão responsável (SILVA, 2007, p 311).

Por esses motivos optou-se pela desistência do pedido e, a partir daí, focou-se na análise de acórdãos de Agravo em Execução proferidos e publicados pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios sobre o tema da pesquisa, dada a facilidade de acesso por

meio virtual. A opção pelo recurso de Agravo em Execução, já dito, é por ser ele o recurso por excelência da Execução Penal<sup>14</sup>.

## 2.2 – Metodologia

Processos e decisões judiciais são importantes fontes de pesquisa, pois nos fornecem informações úteis para compreender determinada questão, posicionamentos dos tribunais e argumentos judiciais utilizados.

A pesquisa e levantamento das decisões para o desenvolvimento deste trabalho são de natureza documental. Também foram realizadas pesquisas e revisão teórico-bibliográfica a respeito dos posicionamentos sobre a prisão domiciliar humanitária e o monitoramento eletrônico, inclusive em documentos oficiais.

Com a entrada em vigor da Recomendação n. 62, em 17 de março de 2020, o marco temporal da pesquisa foi estabelecido nos processos julgados no período compreendido entre seis meses antes da edição da Recomendação, 17 de setembro de 2019, e seis meses e meio após a entrada em vigor, indo até 17 de setembro de 2020. O período retroativo à edição da Recomendação visa compreender e relacionar como a prisão domiciliar humanitária vinha sendo aplicada no período pré-pandemia. Já o período de análise da vigência da Recomendação é para averiguar como está sendo a aplicação do instituto na atual conjuntura de emergência de saúde pública.

Pretende-se ter um período razoável e comparativo para analisar se houve mudanças na aplicação prática do instituto, pois é necessário um intervalo considerável para conseguir justificar se houve aumento ou não nas concessões e investigar se houve mudança no posicionamento do tribunal em relação ao tema. Esse prazo também se justifica em razão do curto período para desenvolvimento da pesquisa de monografia e por conta da quantidade de decisões a serem analisadas, que deve ser condizente com esse período.

---

<sup>14</sup> Apesar da opção da pesquisa em trabalhar somente com Acórdãos de Agravo em Execução, podem haver decisões também em sede de *habeas corpus* acerca da prisão domiciliar humanitária, já que o HC é uma ação autônoma.

O recorte temporal viabiliza a execução da pesquisa, cuja análise pretende responder às perguntas “como a Recomendação n. 62 vem sendo utilizada nas fundamentações das concessões ou não de prisão domiciliar humanitária com monitoramento eletrônico no âmbito de acórdãos de Agravo em Execução do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios?” e se, diante do cenário da pandemia da Covid-19, “houve aumento na concessão de prisão domiciliar humanitária pelo TJDF?”

Definidas as fontes de pesquisa, a sua natureza, as perguntas e o marco temporal, optou-se pela análise da prisão domiciliar humanitária no âmbito do TJDF dado a acessibilidade dos acórdãos disponíveis no sítio do Tribunal local. Para a consulta e *download*, foi utilizado o sítio que concentra todos os acórdãos julgados, disponíveis em <https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/>. Algumas informações processuais públicas também foram consultadas por meio do “PJe 2º Grau”, no sítio eletrônico <https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/listView.seam>.

A pesquisa dos acórdãos, inicialmente, foi feita no campo “pesquisa livre” com a inserção da palavra chave “prisão domiciliar humanitária”, uma vez que a expressão abrangia decisões com e sem imposição de monitoração eletrônica. Na parte “campos para pesquisa” foram selecionadas as opções “espelho” e “inteiro teor”. No campo “data” foi inserido o período estabelecido no marco temporal. Na opção “órgão julgador” foi selecionado o termo “Turmas Criminais”. Em “classe/espécie” foi escolhido o “Agravo de Execução Penal”. No campo “base de consulta” selecionou-se apenas a opção “acórdãos”. Com o número do processo contido nas decisões buscou-se os autos no “PJe 2º Grau” para complementar, ao máximo, as informações trabalhadas no formulário.

Os critérios escolhidos para seleção e delimitação dos acórdãos foram a (i) prisão domiciliar humanitária com ou sem monitoramento e (ii) limitação por data de julgamento, dentro do marco temporal estabelecido. Não se leva em conta informação específica para levantamento das decisões, pois todos os pedidos julgados dentro do marco temporal foram analisados.

Com essas especificações, a pesquisa retornou 160 acórdãos. Optou-se por excluir os acórdãos em segredo de justiça, pois, em regra, não permitem consulta e *download*. A partir desse filtro, chegou-se a 138 acórdãos. Depois da análise de todas as decisões, foram excluídas 11, pois não tratavam efetivamente de pedido sobre prisão domiciliar humanitária e, com isso,

o número final de acórdãos analisados neste trabalho é de 127. Todas as decisões são públicas e assim disponíveis para acesso público por meio da *internet*.

Após o levantamento e formação do banco de decisões, a coleta dos dados contidos nos acórdãos se deu por formulário elaborado na plataforma *Google Forms/Docs* (Anexo). A plataforma foi escolhida por trazer prévia dos dados à medida que os formulários são preenchidos e por permitir armazenamento na nuvem em caso de alguma intercorrência em equipamento eletrônico que esteja envolvido no desenvolvimento do trabalho.

No formulário foram colocadas informações gerais das decisões (“número do processo”, “número do acórdão”, “sexo”, “faixa etária” “crime” etc.) e campo específico utilizado para inserir as fundamentações dos acórdãos (justificativa da decisão). Após a inserção das informações coletadas no aplicativo *Microsoft Excel*, foi possível a criação de gráficos mais detalhados e melhor análise quantitativa das decisões que foram pesquisadas.

Após a leitura dos acórdãos para coleta dos dados quantitativos, foram pré-selecionados 35 acórdãos/fundamentações que poderiam vir a ser analisados na etapa qualitativa (Capítulo 3). Esta etapa de análise foi baseada na “justificativa da decisão”, presente no formulário, onde trechos dos acórdãos foram selecionados a critério do pesquisador. A problematização dos discursos empregados nas decisões foi feita através do marco teórico deste trabalho – a Criminologia Crítica de Baratta.

As decisões definidas para análise na etapa qualitativa não representam posicionamento individual, mas sim de todos os julgadores das Turmas Criminais do TJDF.

### **2.3 – Cuidados éticos**

Pessoas privadas de liberdade encontram-se em situação de vulnerabilidade, ainda mais em tempos estes que estamos vivendo por conta da pandemia da Covid-19. Muitas pessoas já são inseridas no cárcere em situação de fragilidade social, fazendo com que a prisão acentue essa condição. Nesse sentido, necessário (re)pensar cuidados para não expor determinadas situações e indivíduos.

A participação do pesquisador como estudante na disciplina PAD – 3 (Pesquisa em Direito Penal), ofertada pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, o fez repensar a escrita deste tópico. A disciplina tem a orientadora deste trabalho como titular, Professora Dra. Ela Wiecko, tutores docentes, palestrantes e pesquisadores convidados, além da participação de integrantes do Grupo Candango de Criminologia – GCCrim. Alunos, palestrantes, tutores e pesquisadores contribuem e discutem a construção da pesquisa em direito penal.

As discussões movimentam reflexões acerca da pesquisa empírica em direito penal em sentido amplo. Uma das palestrantes convidadas, Profa. Ana Paula Antunes<sup>15</sup>, trouxe informações sobre ética na pesquisa, principalmente dentro do Direito, tratando também da Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016<sup>16</sup>. Apontou uma reflexão extremamente importante, que não tinha sido percebida pelo pesquisador, materializada na seguinte pergunta: “até que ponto determinada sentença ou um processo judicial podem ser considerados um prontuário médico, já que esse representa documento particular do paciente?”

Este trabalho lida diretamente com esses “prontuários”, pois determinadas doenças pré-existentes são utilizadas como motivos para concessão ou não da prisão domiciliar humanitária. Alguns acórdãos, inclusive, reproduzem partes do prontuário médico do paciente preso. Nesse sentido, não serão utilizadas partes que contenham reproduções de prontuários médicos e/ou equivalentes ou nome de doenças citadas.

Por esses motivos e questões éticas e por lidar com pessoas privadas de liberdade, que estão em grau acentuado de vulnerabilidade, nomes de doenças ou outra condição física citada nos acórdãos serão tratadas como “doença ou condição física pré-existentes”. Sentenciadas ou sentenciados que sejam imprescindíveis aos cuidados de filhas ou filhos menores de 12 anos, aos cuidados de portador de necessidade especiais ou de doença grave, serão retratados como “pessoa imprescindível aos cuidados de terceiros”. Esses casos serão assim indicados no formulário quantitativo para não expor ainda mais as condições particulares dos indivíduos encarcerados.

---

<sup>15</sup> Ética na pesquisa. Palestra proferida em 2 de outubro de 2020, no ambiente virtual da disciplina PAD 3 – Pesquisa em Direito Penal, Turma F, por meio da plataforma *Google Classroom*.

<sup>16</sup> A Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016 dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana.



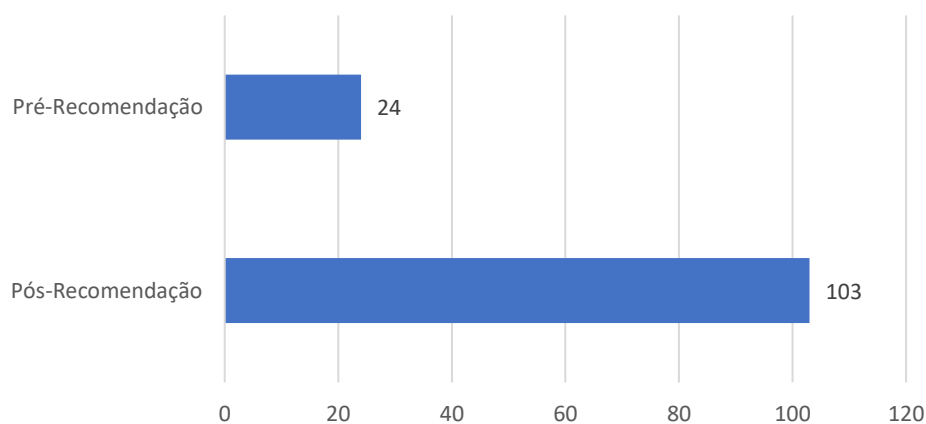
Ainda se tratando de questões éticas a respeito dos formulários, nem todos serão reproduzidos e referenciados nesta pesquisa pois muitos contêm informações sensíveis, apesar dos dados colhidos serem públicos. Mas os mesmos estão em posse do pesquisador para eventuais consultas. Somente as fundamentações e acórdãos trabalhados na etapa qualitativa estão referenciados, em ordem aleatória, na parte “Referências”.

Outro cuidado é o da não identificação das pessoas privadas de liberdade que interpuseram o recurso de Agravo em Execução, pois o objetivo desse trabalho não é trabalhar a situação particular de qualquer delas. Também não serão identificados juízes, desembargadores, servidores etc., dado que não se objetiva analisar a posição individual dos envolvidos.

## 2.4 – Explorando os acórdãos de Agravo em Execução

A análise dos acórdãos pesquisados se inicia com a quantificação de acórdãos julgados nos períodos anterior e posterior à edição da Recomendação n. 62. No período anterior, compreendido entre 17 de setembro de 2019 e 16 de março de 2020, foram julgados 24 recursos. No período posterior, entre 17 de março de 2020 a 17 de setembro de 2020, foram julgados 103 recursos. A maior quantidade de Agravos julgados, como se vê, está concentrada após à Recomendação. O Gráfico 6 sintetiza as informações:

**Gráfico 6 – Quantidade de Agravos julgados por período**

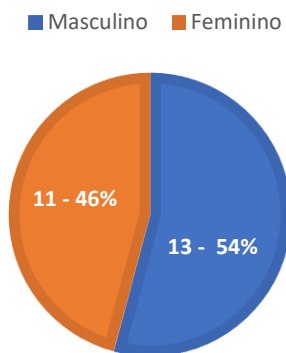


Fonte: Acórdãos TJDF. Elaboração própria.

A quantidade/proporção de Agravos por Turmas Criminais no período analisado ficou em: 1ª Turma Criminal com 39 recursos julgados, representando 31%; 2ª Turma Criminal com 59 julgados, representando 46%, e 3ª Turma Criminal com 29 julgados, representando 23%.

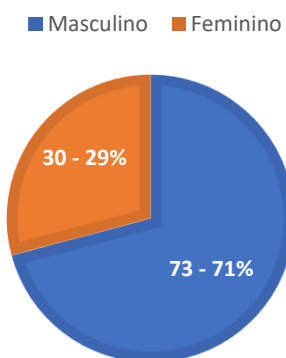
Com relação ao sexo dos recorrentes, masculino em relação ao feminino, no período pré-Recomendação, apresenta leve diferença ficando em 11 e 13 pedidos, respectivamente. Porém, no período posterior, a diferença de pedidos entre os sexos é notável, visto que os homens representaram 71% dos recursos interpostos, contando 73, e mulheres representaram 29%, com 30. O Gráficos 7 e 8 representam essas informações, respectivamente:

**Gráfico 7 – Sexo dos recorrentes pré-Recomendação**



Fonte: Acórdãos TJDFT. Elaboração própria.

**Gráfico 8 – Sexo dos recorrentes pós-Recomendação**



Fonte: Acórdãos TJDFT. Elaboração própria.

Apesar de os homens serem os maiores recorrentes após a edição da Recomendação, mesmo sendo ocupantes em maior número nas prisões brasileiras, devemos ter em conta o aumento do encarceramento feminino no Brasil, considerando que atualmente detemos a 4ª maior população carcerária feminina do mundo.

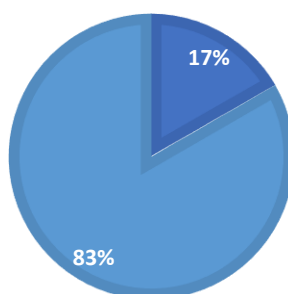
Cadeias feitas inicialmente para homens, tiveram seu modelo replicado às mulheres, inclusive na sua forma de atuação e de seleção dos indivíduos. Reproduzem até mesmo o grupo que compõe o cárcere: feito de mulheres negras, pobres, com baixa escolaridade e condenadas, em sua maioria, por crimes de drogas e patrimoniais. Isso evidencia que o encarceramento feminino compõe o processo de manutenção das estruturas de poder existentes em nossa sociedade (MONTES, 2020, p. 13).

A mulher era vista apenas como uma cumpridora das atividades do lar, mera reprodutora e propriedade privada do homem. As normas penais que as sancionavam estavam adstritas à falta de cumprimento do papel de mulher dentro do lar e na sociedade. Não é à toa que alguns acórdãos trabalhados nesta pesquisa, julgados por homens, trazem em sua fundamentação a ideia de que a mulher não pode se furtar à aplicação da lei penal para que possa prestar os devidos cuidados aos seus filhos que se encontram fora do cárcere. Utilizam da ideia de que a sentenciada mulher não teve zelo maternal e nem pensou em seus filhos no momento de praticar o ilícito penal. Esse direcionamento do discurso sexista de cuidadora do lar e, também, cuidadora dos filhos, reflete na saída do cárcere em que só será beneficiada se antes entender seu papel de mulher que lhe foi imposto (MONTES, 2020, p. 14).

Feitas essas observações e dando continuidade na parte quantitativa, no tópico “faixa etária ou idade”, em sua maioria, não constava nas informações dos acórdãos. Conforme o Gráfico 9, com dados do período pré-Recomendação, somente a faixa etária entre 18 e 29 anos está representada, com quatro Agravos julgados. Os outros 20 acórdãos não traziam a informação ou menção à idade do(a) recorrente:

**Gráfico 9 – Faixa etária pré-Recomendação**

■ 18 a 29 anos ■ 30 a 45 anos ■ 46 a 60 anos ■ Maior de 60 anos ■ Não informado



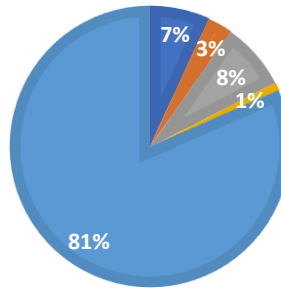
Fonte: Acórdãos TJDF. Elaboração própria.

No Gráfico 10, com informações de idade do período pós-Recomendação, há representatividade de outras faixas etárias. Com 7%, a faixa que vai de 19 a 29 anos compõe 7

acórdãos julgados; com 3%, a faixa que vai de 30 a 45 anos com três julgados; a faixa etária de 46 a 60 anos compõe 8%, com 8 acórdãos julgados; com 1%, a faixa dos maiores de 60 anos tem um acórdão julgado. A faixa etária “não informado” continua sendo maioria:

**Gráfico 10 – Faixa etária pós-Recomendação**

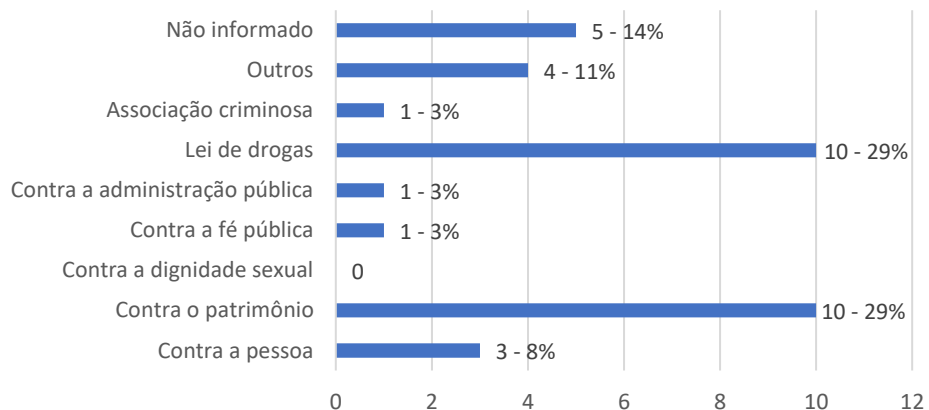
■ 18 a 29 anos ■ 30 a 45 anos ■ 46 a 60 anos ■ Maior de 60 anos ■ Não informado



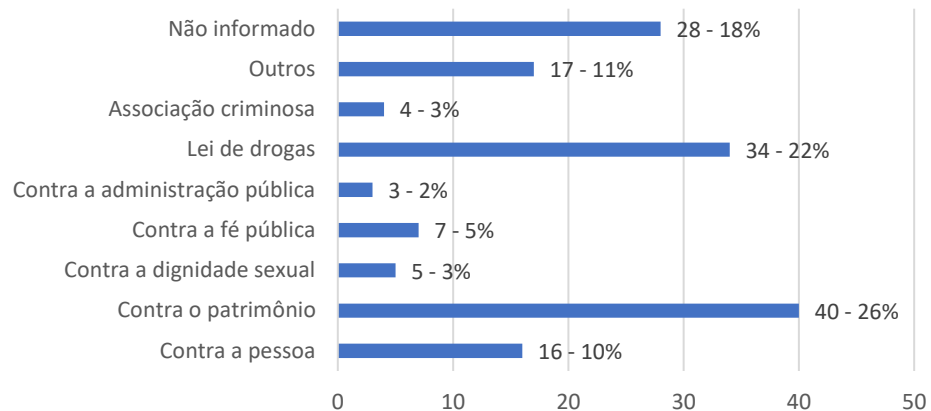
Fonte: Acórdãos TJDF. Elaboração própria.

Nos dados quantitativos referentes ao “crime”, as maiores incidências, tanto no pré quanto no pós-Recomendação, estão relacionadas à criminalidade patrimonial e da Lei de Drogas. Em dados proporcionais, somente esses dois tipos penais, no período anterior, representou 58%. No período posterior, ficou em 46%. Como alguns recorrentes cometeram mais de um crime, a quantificação passa do número de acórdãos analisados neste trabalho. Importante destacar, também, que alguns acórdãos não faziam menção ao crime ou tipo de criminalidade e, por este motivo, ficaram representados como “não informado”. Vejamos, nos Gráficos 11 e 12, a distribuição:

**Gráfico 11 – Crime pré-Recomendação**



Fonte: Acórdãos TJDF. Elaboração própria.

**Gráfico 12 – Crime pós-Recomendação**

Fonte: Acórdãos TJDFT. Elaboração própria.

Os dados apresentados referentes aos crimes, em maioria voltados à criminalidade patrimonial e Lei de Drogas, não são por mera causalidade. Refletem aquela criminalidade patrimonial em sociedades capitalistas, em que o sistema de distribuição imposto pelo capital não alcança a todos e, com isso, os indivíduos de classes baixas estão mais expostos a esse tipo de criminalidade. A própria distribuição desigual da criminalidade pelos órgãos responsáveis por defini-la também favorece os altos índices de criminalidade patrimonial. A distribuição se dita através do antagonismo de classes, onde as mais altas são as responsáveis por todo o processo de definição da criminalidade, dirigindo-a para as classes mais baixas (BARATTA, 2002, p 197-198).

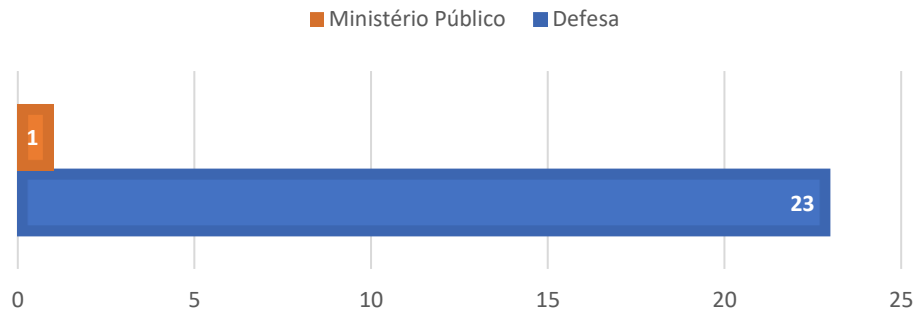
Também chama atenção a grande quantidade de condenações por crimes relacionados à Lei de Drogas. Os altos índices estão relacionados à política de “guerra às drogas” adotada no Brasil como discurso de proteção à saúde pública. Assim como na criminalidade patrimonial, os traficantes também são selecionados pelo sistema penal a partir das classes fragilizadas da sociedade. O traficante deve ser combatido para proteger a sociedade do tráfico, pois é visto como inimigo social. Rezende (2011, p. 57-58), ao trazer um estudo sobre a criminalização secundária do tráfico de drogas no Distrito Federal, confirmou que em 85,5% dos casos denunciados há condenação. Esses fatos, em conjunto com ótica seletiva do sistema penal, refletem na formação do cárcere, elevando, cada vez mais, os números de condenados por tráfico.

Prosseguindo na pesquisa, foi feita análise de quem era o recorrente/representante. Na análise dos Gráficos 13 e 14, abaixo, a defesa tem o maior protagonismo na interposição do recurso de Agravo em Execução, tanto no período anterior quanto no período posterior à

Recomendação, tendo 96% de representação em ambos. O Ministério Público representa 4% em ambos os períodos.

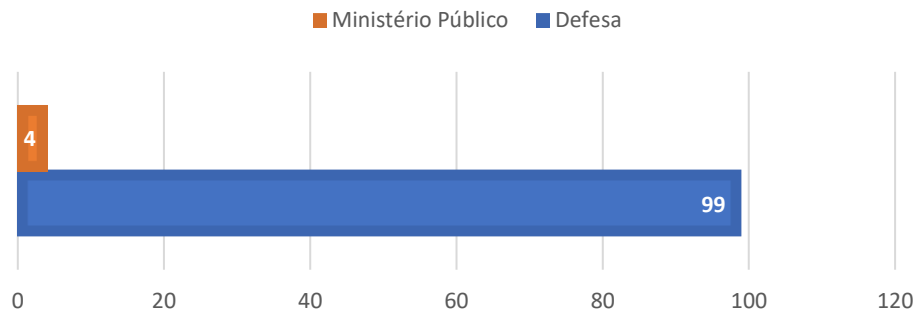
No Gráfico 13, representando o período pré-Recomendação, a defesa foi responsável por 23 recursos e o MP somente por um. O Gráfico 14 representa o período posterior à Recomendação e indica 99 recursos interpostos pela defesa e somente quatro pelo Órgão Ministerial:

**Gráfico 13 – Impetrante pré-Recomendação**



Fonte: Acórdãos TJDFT. Elaboração própria.

**Gráfico 14 – Impetrante pós-Recomendação**

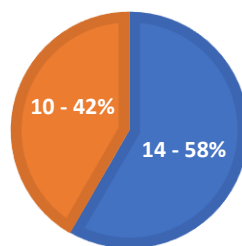


Fonte: Acórdãos TJDFT. Elaboração própria.

Com relação ao tipo de defesa, ficou estabelecida em “Defensoria Pública e “Advogado particular”, conforme indicação dos Gráficos 15 e 16. Essa informação foi a mais consultada no “PJe 2º Grau”, pois a maioria dos acórdãos não trazia ou não fazia menção ao tipo de defesa técnica. Conforme disposto no Gráfico 15, indicando o período pré-Recomendação, a Defensoria Pública interpôs 14 recursos, representando 58%. Advocacia particular, no mesmo período, representou 10 recursos, com 42%:

**Gráfico 15 – Defesa técnica pré-Recomendação**

■ Defensoria Pública ■ Advogado particular

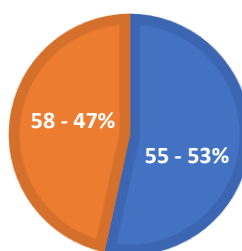


Fonte: Acórdãos TJDF e PJe 2º Grau. Elaboração própria.

No Gráfico 16, com dados do pós-Recomendação, a Defensoria Pública continuou sendo a maior responsável pela interposição dos recursos, com 55 interpostos, representando 53% do total. A advocacia particular representou 48 dos recursos, representando 47%:

**Gráfico 16 – Defesa técnica pós-Recomendação**

■ Defensoria Pública ■ Advogado particular



Fonte: Acórdãos TJDF e PJe 2º Grau. Elaboração própria.

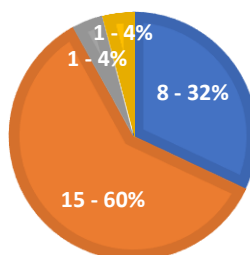
Esses dados denotam que a maioria dos recorrentes se encontram em situação de vulnerabilidade financeira, social ou jurídica, considerando que há critérios a serem observados para ser representado pela Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF. Os critérios financeiros dispostos são: não ter renda familiar superior a 5 salários-mínimos, não possuir recursos financeiros ou aplicações superiores a 20 salários-mínimos e não ser proprietário, titular, usufrutuário de mais de um imóvel. Por vulnerabilidade social se entende a pessoa que apresenta dificuldades de acesso ao sistema de justiça, a exemplo dos idosos, pessoas com deficiência, pessoa em situação de rua e vítimas de preconceito. A vulnerabilidade jurídica se apresenta quando o réu, mesmo que intimado, não constitui advogado de defesa. Cabe destacar, com isso, o importante papel da atuação jurisdicional da Defensoria Pública no auxílio a quem se encontra em vulnerabilidade (DPDF, 2020).

Nos Gráficos 17 e 18, estão apresentadas as proporções dos argumentos utilizados, tanto pela defesa como pelo Ministério Público, para a interposição do recurso. Conforme o

Gráfico 17, a maioria dos recursos estavam amparados no argumento de ser a pessoa imprescindível aos cuidados de terceiros, com 15 recursos, representando 60% dos pedidos. Doença ou condição física preexistente representaram 32% dos recursos, com 8 julgados. Argumento utilizado pelo MP, de que não estava demonstrada a excepcionalidade e/ou motivos para a concessão da prisão domiciliar humanitária, representou 4%, com um julgado. Outro motivo utilizado, que não os aqui citados, representou um julgado. No gráfico estão condensados os dados:

**Gráfico 17 – Argumento para interposição pré-Recomendação**

■ Doença ou condição física preexistente (defesa)  
 ■ Pessoa imprescindível aos cuidados de terceiros (defesa)  
 ■ Não demonstrada a excepcionalidade e/ou motivos para concessão (MP)  
 ■ Outro (MP e Defesa)



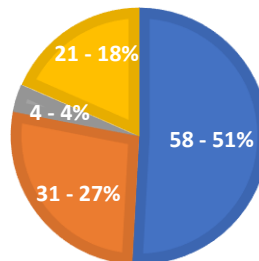
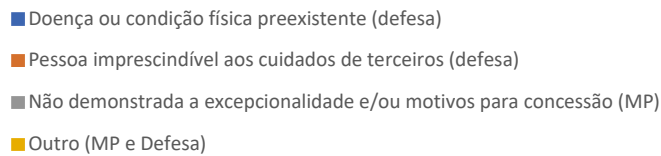
Fonte: Acórdãos TJDFT. Elaboração própria.

O Gráfico 18 exibe informações dos argumentos utilizados para interposição do recurso no período pós-Recomendação. A quantidade de pedidos levando em conta “doenças ou condições físicas preexistentes” aumentou devido à pandemia, principalmente considerando que nos espaços de confinamento de pessoas, a partir da contaminação pelo vírus, o quadro de saúde debilitado poderia e pode ser agravado.

Pedidos que tinham essa argumentação ocuparam 51%, com 58 recursos. “Pessoa que seja imprescindível aos cuidados de terceiros” representou 27%, com 31 julgados. O argumento do Ministério Público representou 4% dos recursos interpostos, com quatro julgados. Também é importante destacar que no argumento “outro”, a maioria dos pedidos foi tão somente a transferência para o regime aberto, sob prisão domiciliar com monitoramento, tendo em vista a suspensão pela Vara de Execuções do DF de benefícios externos do regime semiaberto por conta da pandemia da Covid-19. O Gráfico 18 sintetiza as proporções:



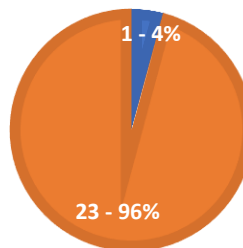
### Gráfico 18 – Argumento para interposição pós-Recomendação



Fonte: Acórdãos TJDFT. Elaboração própria.

Também foi objeto da análise quantitativa a reforma da decisão de primeira instância. No tópico “reforma da decisão” estão dispostos os dados tanto do período pré quanto do período pós-Recomendação, conforme os dados disponíveis nos Gráficos 19 e 20. No período anterior à Recomendação, dos 24 recursos interpostos, somente um foi provido. Aos outros 23 foi negado provimento. O Gráfico 19 traz a porcentagem do período:

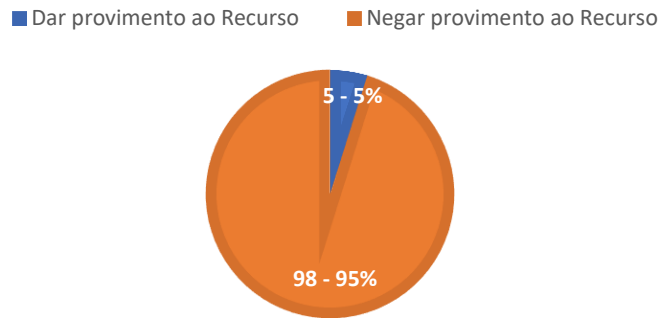
### Gráfico 19 – Reforma da decisão pré-Recomendação



Fonte: Acórdãos TJDFT. Elaboração própria.

A situação do pós-Recomendação é interessante e, ao mesmo tempo, deprimente. Nem mesmo a atual situação causada pela pandemia e o Distrito Federal ocupando a segunda posição no Brasil no ranking de casos confirmados no sistema carcerário, foram capazes de mobilizar aumento real nas concessões, por meio da reforma das decisões da VEP, para prisão domiciliar humanitária. Conforme disposição dos dados no Gráfico 20, somente 5% dos recursos foram efetivamente providos, sendo um total de cinco. Os recursos não providos somam 98, sendo 95% do total:

### Gráfico 20 – Reforma da decisão pós-Recomendação



Fonte: Acórdãos TJDF. Elaboração própria.

Foi quantificado ainda número de decisões concessivas nos Gráficos 21 e 22. Importante esclarecer que, nesta parte, recursos do Ministério Público não providos foram incluídos na opção “concessiva”, pois a decisão do Tribunal continuou mantendo a prisão domiciliar humanitária. Apesar disso, nenhum recurso do MP foi provido.

No Gráfico 21, com dados a respeito das decisões pré-Recomendação, duas foram concessivas. Porém, uma delas, foi negado o recurso do MP e, conseqüentemente, mantendo a domiciliar humanitária. Já as decisões não concessivas foram 22, o que correspondeu a 92% delas. O Gráfico abaixo traz as informações:

### Gráfico 21 – Decisão pré-Recomendação

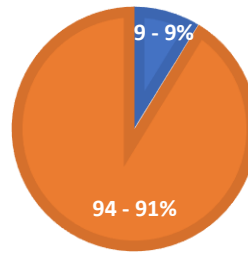


Fonte: Acórdãos TJDF. Elaboração própria.

Nos dados do Gráfico 22, a respeito das decisões proferidas no pós-Recomendação, tem-se o seguinte cenário: 9 delas foram concessivas e 94 não concessivas. Quatro decisões negaram provimento ao recurso do MP e somente cinco julgados reformaram a decisão de primeira instância. No Gráfico estão dispostas as informações em proporções:

**Gráfico 22 – Decisão pós-Recomendação**

■ Concessiva ■ Não concessiva

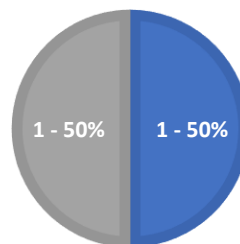


Fonte: Acórdãos TJDF. Elaboração própria.

Das decisões que concederam a prisão domiciliar humanitária no período pré-Recomendação, somente uma delas trazia a imposição de monitoramento eletrônico. A segunda decisão dada no período não trazia informação sobre imposição ou não da monitoração eletrônica, apenas concedia a domiciliar. No Gráfico 23 temos as informações:

**Gráfico 23 – Imposição de monitoração pré-Recomendação**

■ Sim ■ Não ■ Não informado

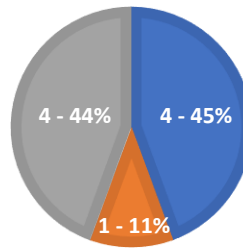


Fonte: Acórdãos TJDF. Elaboração própria.

No período posterior à Recomendação, conforme disposto no Gráfico 24, das 9 decisões concessórias de prisão domiciliar humanitária, quatro delas impunham o monitoramento eletrônico, correspondendo à 45% das decisões. As decisões que não traziam informação sobre a imposição de monitoramento somam quatro, correspondendo à 44%. O julgado que não trazia imposição de monitoramento, deixava a cargo do Juízo da Execução a decisão de impor ou não o monitoramento, soma um, correspondendo à 11%:

**Gráfico 24 – Imposição de monitoração pós-Recomendação**

■ Sim ■ Não ■ Não informado



Fonte: Acórdãos TJDFT. Elaboração própria.

É notória a baixíssima concessão de prisão domiciliar humanitária por parte do TJDFT. O sistema penal brasileiro tem como uma de suas características a violação generalizada de direitos humanos e fundamentais que, inclusive, são toleradas pelos poderes públicos e órgãos de fiscalização do sistema carcerário. Essas violações estão relacionadas à tortura, atendimento médico inadequado, negligência alimentar, dentre outras. Todas essas violações são responsáveis por ressaltar as comorbidades existentes dentre as pessoas privadas de liberdade e acentuar a baixa imunidade, o que pode aumentar a vulnerabilidade dessas pessoas ao contágio pelo vírus (PIMENTEL, 2020, p. 5).

Para minimizar os impactos da pandemia da Covid-19 no sistema carcerário, a Recomendação n. 62 do CNJ listou uma série de medidas ao Poder Judiciário com o objetivo de reduzir a população carcerária e assim a propagação do vírus. Apesar dos esforços para minimizar os danos, a Recomendação não foi bem aceita pelo Judiciário, inclusive por tribunais superiores. A resistência em adotar as medidas contidas na Recomendação pelo Judiciário também é observada por Valença e Freitas<sup>17</sup> (2020, p. 586), ao analisar decisões de *habeas corpus* no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Sobressaiu o entendimento de que uma recomendação do CNJ não vincula o magistrado, pois a imposição de atos do Conselho significaria perda da autonomia dos juízes e tribunais (VALÊNCIA; FREITAS, 2020, p. 586). A cultura punitivista prevaleceu, já que as Recomendações emitidas pelo CNJ não têm caráter jurídico, muito menos vinculante. As diversas decisões denegatórias pelo TJDFT significam que o poder punitivo prevaleceu diante dos direitos humanos e fundamentais (PIMENTEL, 2020, p. 6).

<sup>17</sup> Os autores realizaram estudo para compreender a atuação do Poder Judiciário diante do contexto causado pela pandemia da Covid-19, analisando 62 decisões de *habeas corpus* no STJ que levam em conta a Recomendação n. 62/CNJ. A conclusão é de um ideal de defesa social frente ao direito à vida dos presos, prevalecendo o punitivismo.

Como bem pontuam Almeida e Cacicedo (2020, p. 9), necessita-se de um Direito Penal de emergência humanitário frente à atual emergência de saúde pública causada pelo novo coronavírus, sobretudo em espaços carcerários, com redução de danos e reafirmação da dignidade da pessoa humana.

## CAPÍTULO 3 – ANÁLISE QUALITATIVA DAS FUNDAMENTAÇÕES

### 3.1 – Direito Penal e a ideologia da defesa social

Nas palavras de Vera Regina Andrade (1994, p. 231) a ideologia da defesa social é o conjunto das representações sobre o crime, a pena e o Direito Penal construídas sobre as funções que lhes são atribuídas – visto como instrumento para “proteção de bens jurídicos relevantes”, garantindo também penalidade igualmente aplicada aos infratores – e à pena – que serve para proteger a sociedade da criminalidade, mediante prevenção geral (intimidação) e especial (ressocialização). Contudo, realidade mostra que o Direito Penal igualitário é mito. O que há é o direito desigual da proteção de bens jurídicos e da distribuição desigual da criminalidade (ANDRADE, 1994; BARATTA, 2002).

A ideologia da defesa social nasceu contemporaneamente à revolução burguesa e assumiu o domínio do Direito Penal. Passou a fazer parte dos discursos dominantes na ciência jurídica e das opiniões comuns, constituindo base para a reprimenda do sistema penal. Baratta (2002, p. 42), reconstitui essa ideologia através de uma série de princípios: da legitimidade; do bem e do mal; de culpabilidade; da finalidade ou da prevenção; princípio de igualdade. Quatro desses princípios, conforme expostos em seguida, foram observados nos acórdãos, até mesmo expressamente, como forma a legitimar a não concessão de prisão humanitária.

Pelo princípio da legitimidade o Estado atua como expressão legítima da sociedade para reprimir a criminalidade por meio das instâncias oficiais imbuídas dessa função. Essas instâncias, através do “clamor social” acerca do perigo e da intranquilidade trazida pelo crime, interpretam a reação social da sociedade, dirigindo a reprovação e a condenação do comportamento desviante (BARATTA, 2002, p. 42). Com isso, a pena serve para satisfação da necessidade de punição externada pela sociedade. Expressões como “crime grave”, “rigor da norma”, “risco” e “perigo” foram utilizadas nas fundamentações dos acórdãos, conforme os trechos selecionados:

[...] A agravante cumpre pena definitiva pelos crimes de roubo circunstanciado, desacato e dano, em regime semiaberto. [...] Se a apenada, que cometeu crimes graves, [...] não se converte a prisão em regime semiaberto em domiciliar” (Formulário n. 7).

[...] A jurisprudência pátria, sensível aos fatos, vem abrandando o rigor imposto pela norma legal e admitindo a concessão da prisão domiciliar humanitária aos condenados em regime fechado e semiaberto. Porém, para a aplicação do benefício, nestas hipóteses, exige-se a configuração de situação excepcionalíssima de grave ameaça à dignidade humana” (Formulário n. 39).

[...] Ora, como é de conhecimento geral, grande parte da população encarcerada nas prisões brasileiras possui filhos menores de idade e que dependem dos cuidados de seus genitores. A esse respeito, inclusive, há que se anotar que, por mais que a realidade seja, de fato, dramática, esses pais e mães deveriam ter pensado em seus filhos antes da prática dos delitos que os levaram à restrição de liberdade. Ademais, ainda que se trate de situação ensejadora de piedade, não se reveste de gravidade suficientemente intensa a justificar providência tão excepcional que é a de eximir o sentenciado do cumprimento de sua pena – decorrente, frisa-se, de crime grave por ele cometido (Formulário n. 42).

[...] Registre-se, por fim, que à época dos crimes, em 2018, os filhos da agravante já eram nascidos, não demonstrando ela qualquer zelo maternal pelas crianças. Por certo, era a avó materna que cuidava deles. E os crimes cometidos pela agravante – tráfico de drogas –, graves, podem colocar em risco a integridade física e psicológica dos filhos dela e dos adolescentes que residem na mesma casa, o que exige maior cautela na sua reinserção no seio familiar. [...] A prisão domiciliar, medida excepcional, não é imprescindível - nem adequada - na hipótese” (Formulário n. 55).

O princípio do bem e do mal mostra o crime como dano à sociedade. Por ser um dano, o delinquente é um elemento negativo e visto como mal; já a sociedade não transgressora das normas, o bem (BARATTA, 2002, p. 42). Isso mostra que o indivíduo criminoso – o mal – não pode ser desencarcerado, pois esse fato irá trazer intranquilidade à sociedade – o bem. Conforme as fundamentações contidas nas decisões analisadas nos formulários n. 89, 90 e 102 percebe-se, também, a incidência desse princípio, com repetição do discurso nas argumentações trazidas pelos julgadores:

A preocupação com isolamento social e ampliação das medidas sanitárias em razão da pandemia não se limita ao Reeducando, mas a todos os presos que cumprem pena definitiva ou provisória; por isso são tomadas providências diárias pelas autoridades competentes para minimizar as possibilidades de contágio, porque se sabe também que a liberação automática ou concessão irrestrita de prisão domiciliar implicaria a descarcerização em massa, assustando a comunidade pelo provável aumento da criminalidade (Formulário n. 89).

[...] Aliás, a soltura desenfreada de presos teria duplo efeito negativo, o aumento da criminalidade e a exposição de maior número de pessoas ao risco de contaminação pelo coronavírus, sendo difícil crer que aqueles que infringiram de forma grave a lei penal atendam às recomendações das autoridades e se mantenham em isolamento social (Formulário n. 90).

[...] Aliás, a soltura desenfreada de presos teria duplo efeito negativo, o aumento da criminalidade e a exposição de maior número de pessoas ao risco de contaminação pelo coronavírus, sendo difícil crer que aqueles que infringiram de forma grave a lei penal atendam às recomendações das autoridades e se mantenham em isolamento social (Formulário n. 102).

A negação do princípio do bem e do mal está presente na teoria estrutural-funcionalista do desvio. Esta teoria afirma que as causas do desvio não devem ser analisadas nos fatores antropológicos ou em situação patológica da estrutura social. O desvio é visto como fenômeno normal de toda estrutura social, dado que não existe sociedade sem crime. Somente quando são ultrapassados certos limites é que o crime chega a ser negativo para a existência e desenvolvimento da sociedade. Também tem a função ideológica estabilizadora de consolidar a imagem tradicional da criminalidade (BARATTA, 2002, p. 59-67).

O princípio da finalidade ou da prevenção da pena, além da função de retribuir, tem também a função de prevenir novos delitos. A pena abstrata trazida nos tipos penais adquire uma função de desmotivação ao criminoso para a prática de crimes e a pena aplicada em concreto tem a função de prevenção (BARATTA, 2002, p. 42). Esse princípio também foi percebido nas fundamentações, até mesmo explicitamente, conforme os trechos destacados:

[...] A desestruturação familiar encontrada foi causada pela conduta da agravante e de seu companheiro – também recluso – que escolheram descumprir a lei (Formulário n. 7).

[...] Vale ressaltar que o apenado encontra-se preso em razão da prática de diversos crimes patrimoniais, notadamente delitos de receptação, cometidos entre 2015 e 2018, tendo ainda mais de doze anos de pena a cumprir, conforme relatório de situação processual executória, cenário que denota ausência de senso de responsabilidade para o cumprimento do restante da reprimenda em regime domiciliar (Formulário n. 17).

[...] Nesses termos, diante do poder geral de cautela do Juízo da Execução Penal, a medida suspensiva servirá para prevenir novas condenações e para viabilizar o correto cumprimento da pena (Formulário n. 32).



[...] Conquanto seja indiscutível a importância da conservação do vínculo familiar entre pais e filhos, assim como a proteção conferida pela legislação de regência às crianças e adolescentes, tais princípios devem ser necessariamente ponderados em vista das particularidades do caso concreto, já que é preciso considerar que a agravante foi condenada pela prática de crimes graves, caracterizado pela alta periculosidade social da ação, e que, a par da ressocialização, a pena também tem a função de retribuição e prevenção de condutas criminosas, com vistas à garantia da ordem pública (Formulário n. 40).

[...] Não estamos aqui, com essa decisão, negando o estreitamento dos vínculos comunitários e familiares. Ao contrário, o Direito existe para um fim benéfico, a fim de que a interna, nesse momento difícil, não se pode negar, reflita sobre as condutas pretéritas e, se afaste, definitivamente, da seara criminosa. [...] De fato, a pandemia assusta a todos nós, mas, como dito, não pode ser transformada em uma panaceia, sem o menor controle, e servir como um “alvará” incondicional para a libertação dos encarcerados (Formulário n. 72).

Baratta (2002, p. 86) descreve a negação do princípio da finalidade ou da prevenção através da reação social. Por este paradigma não se pode compreender a criminalidade sem antes entender a ação do sistema penal, indo da ação das normas até a atuação dos órgãos oficiais de controle. A delinquência é atribuída ao indivíduo através da atividade das instâncias oficiais que fazem o controle da criminalidade. Enquanto o indivíduo não adquire o status de criminoso, ele não é alcançado pela ação das instâncias. Após a conferência desse status há efeito estigmatizante da atividade dos órgãos, consolidando a identidade criminosa do condenado (idem, 2002, p. 86-90).

O último princípio interpretado a partir das fundamentações diz respeito ao interesse social e do delito natural. Esse princípio expressa que os crimes presentes no código penal se mostram à preservação e convívio em sociedade e que os interesses protegidos por normas penais são comuns a todos (BARATTA, 2002, p. 42). A partir disso, conforme as justificativas abaixo, percebe-se a argumentação de se preservar o convívio social e familiar através de imposição das normas penais:

[...] A própria agravante demonstra ausência de preocupação com o destino de sua prole, ao manter-se comprometida com a vida criminosa, descumprindo ditames disciplinares do estabelecimento prisional em que se encontra (Formulário n. 18).

[...] Por fim, como bem ressaltado na decisão agravada, cumpre esclarecer que o recorrente encontrava-se em regime aberto quando praticou o último crime pelo qual restou condenado, o que evidencia que ele optou por cometer outro

delito, permanecendo na criminalidade, em vez de se preocupar com os cuidados demandados pelo filho” (Formulário n. 27).

“[...] Sucedem que quem está preso, cumprindo pena, é porque foi condenado pela prática de crime. [...] Compreendo a interpretação que se faz com base no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, mas o receio que tenho é de que, se formos alargando as situações de exceção, elas vão se tornar regra” (Formulário n. 68).

“Com conceito de delito natural a ideologia penal transmite a equívoca e acrítica concepção naturalista da criminalidade, própria da criminologia tradicional” (BARATTA, 2002, p.118), visão essa percebida no formulário n. 68. Para esta concepção, a criminalidade é qualidade objetiva, ontológica, de comportamentos e de indivíduos. Apesar disso, deve-se entender o conflito como característica normal e universal de toda a sociedade (idem, 2002, p. 119-123).

A criminologia crítica, mais uma vez, contrapõe-se à criminologia positivista e tradicional. A mudança de paradigma desloca a análise para o sistema penal como um todo, para os processos de criminalização e para reação social. A visão limitada da criminologia tradicional se reduzia a olhar somente para o criminoso, juntamente com os fatores que o levaram ao crime e à criminalidade. Essa visão limitada, inclusive, é reproduzida na fundamentação lançada no formulário n. 18. De outro lado, para a criminologia crítica, deve-se olhar para todo o sistema criminal, não somente para as causas que levaram à prática de determinado crime. Portanto, leva-se em conta o marco teórico desse trabalho como crítica à ideologia da defesa social e ao sistema penal como resposta punitiva.

Nos discursos constantes nas decisões percebe-se clara distinção entre o “bem e o mal” e a aplicação da pena como forma de proteção social, que vão ao encontro dos discursos propagados pelas ideologias de defesa social. Essa distinção pode ser percebida nos formulários n. 89 e 102, que trazem fundamentação segundo a qual a sociedade deve ser protegida do desencarceramento em massa, pois esse fato acarretaria um aumento provável da criminalidade e temor social. No formulário n. 90 também é possível perceber que a argumentação traz uma carga negativa, afirmando, sem base nenhuma, que a soltura de presos acarretaria aumento da criminalidade. As fundamentações utilizadas carregam a visão de que o homem criminoso comete crime por suas características físicas e psicológicas voltadas à delinquência, sem análise do meio social.

Outra percepção é a repetição nas fundamentações dos termos “comprometimento com a vida criminosa” e “permanência na criminalidade”, respectivamente nos formulários n. 18 e 27. Baratta (2002, p. 90), ao abordar a formação de carreiras criminosas, mostra que o contato do indivíduo com o sistema carcerário, antes mesmo de ter um efeito reeducativo sobre o delinquente, na verdade, o insere em “verdadeiras carreiras criminosas”. Esse contato descontrói a personalidade do sujeito, que acaba “incorporando” o papel de criminoso, principalmente quando aplicadas penas de reclusão. E todo esse processo continua selecionando novamente os sujeitos que já eram selecionados.

A ideologia da defesa social é perceptível nas fundamentações dos acórdãos como forma de negar a concessão de “benefícios” que não aqueles “oferecidos” dentro do sistema carcerário. A cultura punitivista, reflexo da nossa sociedade, ainda é corrente nas instituições de poder, pois a imposição da pena e a manutenção do indivíduo no cárcere também satisfaz os anseios por punição.

É notório pelas argumentações empregadas nos acórdãos a ideia de que a soltura dos presos, como forma de preservação de suas vidas, pode colocar em risco a sociedade como um todo por um “possível” aumento da criminalidade. “Assim, optou-se pela defesa social, presumindo-se que os indivíduos que se encontram no sistema carcerário são perigosos e nocivos ao meio social, devendo permanecer recolhidos mesmo diante do risco iminente de contágio” (VALENÇA; FREITAS 2020, p. 592).

Além das considerações sobre a ideologia da defesa social, trabalha-se, na parte seguinte, o livre convencimento motivado do juiz.

### **3.2 – O livre convencimento motivado**

No processo penal o juiz deve decidir com base nas provas produzidas diante do contraditório e da ampla defesa, vedando-se decisões amparadas somente em provas colhidas no inquérito policial. O livre convencimento motivado está previsto no artigo 155 do Código de Processo Penal, pelo qual “o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não

repetíveis e antecipadas”. Para o julgador decidir, deve ser levado em conta as provas produzidas e a motivação de sua convicção.

Ao longo das justificativas das decisões apresentadas neste trabalho, as provas – sejam elas relatórios ou laudos médicos, ou mesmo pareceres – são levadas em consideração conforme o pedido do recurso. Se o recurso visa a reforma da decisão de primeira instância e há relatório médico ou psicossocial opinando favoravelmente à concessão de prisão domiciliar, o que se vê é a desconconsideração da prova, o que leva à negativa do recurso. Quando o recurso busca a reforma da sentença e o parecer do MP é desfavorável à concessão, ganha relevância na motivação do julgador. Com isso, o livre convencimento motivado, juntamente com o parecer ministerial, ganha maior ou menor peso conforme a pretensão recursal.

Isso foi observado em divergência aberta por um dos Desembargadores, conforme o trecho destacado no formulário 68:

Divergência: [...] sabe-se que o Magistrado não está adstrito a laudos periciais, podendo decidir motivadamente em sentido diverso. Todavia, neste caso, deve-se prestigiar o estudo psicossocial elaborado por especialista da Vara de Execuções Penais, pois teve contato com a idosa, acompanha casos como este de perto e têm o conhecimento técnico especializado sobre a dinâmica familiar. [...] Além disso, a Promotoria de Justiça que acompanha a execução penal acolheu os fundamentos desse relatório psicossocial e opinou em duas oportunidades (antes do exame do pedido pelo Juízo e nas contrarrazões deste agravo) pela concessão da prisão domiciliar humanitária mediante uso de tornozeleira eletrônica (Formulário n. 68).

Um ponto importante levantado pelo julgador na fundamentação acima diz respeito à Seção Psicossocial, um serviço especializado da VEP/DF. A Seção tem a finalidade de assessorar o juízo da execução penal, elaborando relatórios e estudos a fim de auxiliar nas decisões da vara. Tem como atividades o estudo e resumo processual, visitas domiciliares, reuniões com equipes de saúde das unidades prisionais do DF, elaboração de relatórios e pareceres, dentre outras. Para realização do trabalho, há uma equipe multidisciplinar e especializada composta por cientistas sociais, assistentes sociais, psicólogos e pedagogos<sup>18</sup>.

Apesar de ser um serviço composto por profissionais especializados, algumas decisões não levam em conta os relatórios e laudos produzidos no julgamento do recurso interposto, conforme observado nos seguintes trechos:

---

<sup>18</sup> Informações à disposição no sítio do TJDF. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/execucoes-penais/vep/psicosocial-da-vep>. Acesso em: 13 de nov. de 2020.

[...] Assim, embora o Relatório da Seção Psicossocial tenha como sugestão o deferimento da prisão domiciliar para a agravante, depreende-se das provas coligidas aos autos que ela não é imprescindível para a preservação da saúde de sua genitora, tendo em vista que esta não depende exclusivamente de seus cuidados. [...] Nessa diretiva, não se vislumbrando pelas provas acostadas aos autos o estado de excepcionalidade requerido para a concessão da prisão domiciliar humanitária, o indeferimento do pedido é medida que se impõe” (Formulário n. 28).

“[...] Mediante o exposto, sugerimos que a Sra. [...] seja beneficiada com a Prisão Domiciliar Humanitária, para que possa retomar com os cuidados e a devida proteção social de seus filhos”. [...] A Seção Psicossocial não fundamenta o porquê da necessidade de concessão da prisão domiciliar humanitária à recorrente, já que não há qualquer evidência de falta de cuidados ou de proteção social aos menores. Certo é que se extrai do parecer psicossocial que os menores sempre estão sob o cuidado de algum familiar – pai ou avó paterna –, sem qualquer indício de situação de vulnerabilidade ou desamparo, não restando demonstrada a imprescindibilidade exigida da apenada aos cuidados com os filhos menores apta a fundamentar o pleito de prisão domiciliar (Formulário n. 41).

[...] Assim, embora o Relatório da Seção Psicossocial tenha como sugestão o deferimento da prisão domiciliar para o agravante, depreende-se das provas coligidas aos autos que ele não é imprescindível para a preservação da saúde de sua genitora, tendo em vista que esta não depende exclusivamente de seus cuidados” (Formulário n. 110).

Com a tomada dessas decisões desconsiderando os relatórios produzidos por equipe especializada e privilegiando o “livre convencimento do juiz”, os julgadores parecem se colocar no lugar de médicos, psicólogos e assistentes sociais, para além da sua formação em Direito. Fazem “malabarismo” argumentativo de forma a não se vincularem ao conteúdo dos pareceres psicossociais, a fim de não concederem a referida prisão humanitária.

Em sentido diverso e, inclusive, contraditório, os laudos e relatórios que não trazem a recomendação para concessão de prisão domiciliar humanitária são utilizados com maior peso. Para a negativa da prisão domiciliar eles ganham relevância e reforçam a motivação, conforme as argumentações trazidas nos formulários n. 26 e 35:

[...] Conforme informações apresentadas pela VEP, o relatório médico elaborado pelo Instituto Médico Legal – IML- concluiu que o quadro de saúde do agravante é estável e todas as doenças são passíveis de tratamento no Núcleo de Saúde penitenciário. O referido laudo é claro ao atestar que, apesar da gravidade das enfermidades, não há nenhum empecilho para que ele continue cumprindo sua reprimenda no estabelecimento prisional. [...] Nesse

sentido, das informações apresentadas, infere-se que, por ora, não há provas da imprescindibilidade da prisão domiciliar” (Formulário n. 26).

[...] No presente caso, o Relatório da Seção Psicossocial da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal concluiu que a presença da sentenciada não é imprescindível aos cuidados com os filhos menores de idade que são satisfatoriamente cuidados, um pelo seu genitor e o outro pela avó materna e familiares, ambos nutridos e de boa saúde, não se justificando a prisão domiciliar humanitária no momento (Formulário n. 35).

Da leitura dos trechos selecionados observa-se que os julgadores, guiando-se por senso comum, acabam incorporando o papel de corresponder aos discursos punitivistas da sociedade. Mesmo que o juiz não queira se alinhar a esses discursos, os reproduzem com intuito de proteger o meio social de “indivíduos desvirtuados”. Apesar das provas e dos relatórios produzidos, inclusive com parecer favorável do Ministério Público, o julgador atua de forma a “privilegiar” o livre convencimento motivado.

No tópico adiante trataremos das fundamentações que consideraram a Recomendação n. 62 do CNJ.

### **3.3 – Recomendação n. 62**

A pandemia suscitou diversos debates no campo criminológico acerca da superpopulação carcerária e precariedade de estrutura dos estabelecimentos prisionais, exigindo dos órgãos públicos medidas que reduzissem a propagação do vírus no sistema carcerário. A Recomendação n. 62 foi editada em um momento de emergência de saúde pública para orientar Tribunais e magistrados na adoção de protocolos preventivos à propagação do novo coronavírus no âmbito dos sistemas de justiça penal.

Tendo em conta os grupos de riscos suscetíveis ao vírus (pessoas idosas, doenças respiratórias, gestantes e outras comorbidades preexistentes); que a saúde das pessoas privadas de liberdade é responsabilidade e obrigação do Estado brasileiro; para evitar uma contaminação em larga escala nos espaços de confinamento prisional dada a insalubridade deles, a Recomendação entrou em vigor visando preservar a integridade das pessoas custodiadas e agentes públicos que lidam com os sistemas de justiça criminal (CNJ, 2020).

A iniciativa do CNJ mostra o protagonismo do Poder Judiciário em propor medidas na esfera da política criminal, já que cabe ao Judiciário a decretação de prisões e solturas, internação, dentre outras medidas, bem como a fiscalização do sistema carcerário a fim de prevenir violações de direitos (PIMENTEL, 2020, p. 5).

No entanto, o que se observa nas fundamentações que a citaram diretamente, a Recomendação não representou real efetivação para o que se propôs. As recomendações do CNJ não possuem caráter vinculante e jurídico, argumento esse preponderante dos julgadores, conforme observado em algumas decisões, em trechos destacados:

[...] A Recomendação n. 62/2020 não é lei nem cria direitos ou obrigações; é somente um aconselhamento, vale dizer, um ato que conclama os juízes e os Tribunais a adotarem, com razoabilidade, medidas preventivas à propagação do Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. [...] Ademais, o agravante não trouxe aos autos qualquer informação de eventual superlotação do local onde se encontra recolhido. Ainda, não provou que, em caso de contágio pela Covid-19, não possa ser acompanhado pelos profissionais de saúde que atuam no estabelecimento prisional (art. 5º, I, “b”, da Recomendação n. 62 do CNJ)” (Formulário n. 56).

[...] Deveras, conforme bem pontuado na r. decisão do d. Juízo *a quo*, não obstante a Recomendação editada pela Resolução nº 62/2020, do Conselho Nacional de Justiça, acerca da adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo “coronavírus” (Covid-19) no âmbito dos sistemas prisionais e socioeducativo, não há como substituir, automática e indistintamente, a todos os acautelados integrantes dos vários grupos de risco relacionados à pandemia, a substituição da prisão intramuros por domiciliar (Formulário n. 69).

[...] Por outro lado, ainda que o simples diagnóstico seja por si só capaz de inseri-lo no grupo de risco, não se extrai a imediata conclusão de que a pena deva ser cumprida em regime domiciliar. [...] Em segundo lugar, a Recomendação nº 62 do CNJ, editada em razão da pandemia, não orienta os magistrados à soltura indiscriminada daqueles que compõem o grupo de risco (Formulário n. 127).

Mais uma vez importante problematizar a questão dos laudos e relatórios elaborados por profissionais com formação especializada. Conforme o trecho destacado no formulário n. 127, o diagnóstico incluía o/a recorrente no grupo de risco e recomendava a concessão de prisão domiciliar. Todavia, preferiu-se correr o risco de possível contaminação à concessão de prisão humanitária. Esse fato também foi observado nos formulários n. 63 e 120:

[...] Embora, segundo o relatório médico juntado, o agravante apresente doença crônica relacionada ao trato respiratório, o documento não deixa claro se as

enfermidades por ele apresentadas podem conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio do COVID-19. [...] Ademais, o recorrente não demonstrou a existência atual de quadro de saúde debilitado e que não possa ser tratado dentro do estabelecimento prisional, o que seria necessário para a concessão de prisão domiciliar humanitária. [...] Sistema Penitenciário do DF têm adotado diversas medidas visando à contenção do vírus e preservação da saúde dos apenados, em atendimento ao disposto no artigo 1º, da Resolução nº 62, do CNJ (Formulário n. 63).

[...] O Laudo Médico [...] confirma a doença do agravante e aponta a necessidade de cumprimento de quarentena domiciliar. Entretanto, “o fato de o paciente constar em grupo de risco não autoriza, por si só e automaticamente, a sua soltura, porquanto a Recomendação n.º 62/2020 emitida pelo CNJ não serve como salvo conduto indiscriminado, devendo ser analisada a situação dos reclusos no sistema carcerário caso a caso (Formulário n. 120).

Chama atenção a contradição empregada nos discursos. Em dado caso, quando o/a recorrente anexa ao processo laudo ou algum documento que comprove sua inserção em grupo de risco, inclusive com recomendação de cumprimento de quarentena domiciliar, o argumento é de que a Recomendação não representa “soltura automática” de presos. Mas se o recorrente não apresenta algum comprovante de sua situação, é essa a “motivação” utilizada para não conceder a prisão domiciliar.

De outro lado, também é importante evidenciar a negação da superlotação do sistema carcerário do Distrito Federal por parte dos juízes, especialmente em tempos de pandemia, presente nas justificativas destacadas nos formulários n. 44, 47 e 61:

[...] Ressalte-se que as recomendações do CNJ são orientações aos Tribunais e magistrados, que deverão ser examinadas caso a caso, observadas as peculiaridades e condições pessoais de cada preso. Ademais, não trouxe aos autos qualquer informação sobre o local onde se encontra recolhido e eventual superlotação. Ainda, não provou que, em caso de contágio pela Covid-19, não possa ser acompanhado pelos profissionais de saúde que atuam no estabelecimento prisional (art. 5º, I, “b”, da Recomendação n. 62 do CNJ) (Formulário n. 44).

[...] Há que se considerar que o atual momento, notadamente marcado pela pandemia da Covid-19, não pode levar a decisões precipitadas, pena de colocar em risco toda a coletividade. [...] Infere-se dos documentos que o quadro de saúde dele é estável. Ademais, o agravante não trouxe aos autos qualquer informação sobre o local onde se encontra recolhido e eventual superlotação. Ainda, não provou que, em caso de contágio pela Covid-19, não possa ser acompanhado pelos profissionais de saúde que atuam no estabelecimento prisional (art. 5º, I, “b”, da Recomendação n. 62 do CNJ) (Formulário n. 47).



[...] A situação dos estabelecimentos prisionais no DF é adequada. Pode não ser a desejável, mas não chega a ser deletéria de superlotação. Ainda, não provou que, em caso de contágio pela Covid-19, não possa ser acompanhado pelos profissionais de saúde que atuam no estabelecimento prisional (art. 5º, I, “b”, da Recomendação n. 62 do CNJ) (Formulário n. 61).

Informações veiculadas pela Agência Brasília, em outubro de 2019<sup>19</sup>, mostram que o Distrito Federal detém um dos mais elevados déficits de vagas no sistema prisional do país, ocupando o 3º lugar. No Complexo Penitenciário da Papuda há cerca de 7,4 mil vagas e o local abriga mais de 17,3 mil presos em celas lotadas. Com uma conta matemática simples, dividindo o número de presos pelo número de vagas, tem-se uma lotação de 2,3 mil acima da capacidade.

Além do déficit, o sistema carcerário do DF é insalubre e a estrutura dos prédios são precárias, colocando em risco a saúde, a integridade e os direitos dos presos. Com esse quadro não se pode afirmar que “a situação dos estabelecimentos prisionais do DF é adequada”. Como se sabe, o sistema prisional brasileiro é marcado de generalizada violação de direitos humanos que, inclusive, são toleradas pelos órgãos oficiais de controle.

Viu-se no capítulo anterior que algumas decisões pelo Brasil levaram em conta as medidas contidas na Recomendação n. 62. Mas o que se observou foi enorme resistência em adotar a saída de presos como medida de prevenção à contaminação pelo vírus, prevalecendo as práticas punitivas (PIMENTEL, 2020, p. 5). No DF, não foi diferente.

Apesar dos esforços, as orientações da Recomendação permaneceram somente no plano das ideias, não tendo força (normativa) para efetivar a concessão de prisão domiciliar. Especialmente na atual crise de saúde pública que o mundo tem vivido cabe (re)pensar medidas que garantam, efetivamente, a concretização dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana à população carcerária, tema esse tratado no próximo tópico.

### **3.4 – A dignidade da pessoa humana**

A Constituição Federal de 1988 elevou a dignidade da pessoa humana à condição de princípio fundamental da República e do Estado Democrático (BRASIL, 1988). Esse

---

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2019/10/25/mais-32-mil-vagas-para-desafogar-a-papuda/>. Acesso em: 16 de nov. de 2020.

fundamento foi constitucionalmente acolhido dado o período de autoritarismo vivido durante a ditadura civil-militar. Para romper com as diversas violações de direitos fundamentais e com os mecanismos de tortura então utilizados, é que a dignidade da pessoa humana passou a integrar os direitos fundamentais da Constituição brasileira. A fim de concretizá-la, o artigo 5º da CF elenca uma série de direitos e garantias que visam “detalhar” o princípio. Todos os atos das autoridades e órgãos públicos devem considerar o conteúdo presente nos direitos e nas garantias fundamentais.

A prisão domiciliar humanitária está intimamente ligada à dignidade da pessoa humana, já que determinada doença ou condição física preexistente e os cuidados a terceiros que estão fora do sistema prisional podem representar violação a esse direito diante do cumprimento da pena. Apesar disso, algumas decisões entenderam que as condições apresentadas para a apresentação do recurso não representam violação à dignidade humana. As fundamentações transcritas nos formulários n. 8, 16 e 35 demonstram isso:

[...] Assim, a situação descrita não se enquadra em nenhuma das hipóteses legais. Ressalta-se que a dignidade e a saúde da criança estão sendo resguardadas pelos demais familiares e a concessão da prisão domiciliar somente deve ocorrer quando há total abandono de pessoa com deficiência ou crianças e adolescentes, o que não ocorre aqui (Formulário n. 8).

[...] No caso em tela, as informações presentes nos autos, apesar de noticiarem as dificuldades vivenciadas pela avó paterna da criança, responsável pelos cuidados desta, não atestam a grave excepcionalidade necessária para a concessão da prisão domiciliar humanitária ao apenado. [...] o simples fato de a genitora do agravante estar enfrentando problemas de saúde não justifica a concessão do benefício pleiteado pela Defesa, haja vista que, além da avó paterna, ainda há, em princípio, outras duas pessoas capacitadas para cuidarem (Formulário n. 16).

[...] Nesse contexto, entendo que os problemas de saúde da mãe da Agravante, bem como a situação financeira precária da família não são fatores suficientes para justificarem o deferimento, por ora, do pedido de prisão domiciliar humanitária (Formulário n. 35).

Denotam as justificações trazidas que para a concessão da prisão humanitária deve-se provar a “grave excepcionalidade” da violação à dignidade da pessoa humana. Porém, a partir do momento que determinado direito fundamental já se encontra violado, justifica-se a atuação positiva, não negativa, dos órgãos jurisdicionais. Com isso, fica o seguinte questionamento que poderia ser respondido com outro trabalho: “o que é excepcionalidade e grave ameaça à dignidade humana para o TJDF?”

Apesar das críticas até aqui desenvolvidas, o TJDFT levou em consideração a dignidade humana como fator para concessão de prisão domiciliar. Nas fundamentações reproduzidas nos formulários n. 5, 49 e 93, é possível perceber a incidência do princípio:

[...] no princípio da proteção integral à criança, é que, tratando-se a agravante de apenada primária, que não praticou delito mediante violência ou grave ameaça e que possui um filho de apenas 6 (seis) anos de idade, o deferimento do cumprimento da pena em prisão domiciliar é medida que se impõe (Formulário n. 5).

[...] São direitos fundamentais resguardados também pelo Estatuto do Idoso e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, constituindo dever do Estado, da sociedade e da família zelar pelo bem-estar dessas pessoas. [...]. Todavia, o circunstanciado relatório psicossocial de assistente social da Vara de Execuções mostra claramente que o condenado é imprescindível para os cuidados dos pais idosos [...], e da irmã [...], que precisam de ajuda e acompanhamento integral nas consultas médicas e internações. O mesmo relatório esclarece que há três irmãos que residem em [...] e no interior [...], sem condições de ampará-los adequadamente. [...] A decisão afrontada não logrou afastar com fundamentação convincente porque se deva desconsiderar o parecer do setor psicossocial da Vara de Execuções Penais e o parecer da Promotoria de Justiça, favoráveis à concessão do benefício. [...] Assim, firme nesses precedentes, reforma-se a decisão para deferir a prisão domiciliar humanitária ao reeducando, mediante uso de tornozeleira eletrônica (Formulário n. 49).

[...] O benefício se mostra adequado diante da grave crise sanitária por que passa o País, assegurando a vida, o direito à educação, a dignidade e a saúde de menor e de idosa, direitos fundamentais resguardados pela Constituição Federal, pelo Estatuto do Idoso e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. É dever do Estado, da sociedade e da família zelar pelo bem-estar dessas pessoas, o que levou as cortes superiores a abrandar os rigores do encarceramento, por razões humanitárias, diante de situações excepcionais de vulnerabilidade social. [...] Assim, dá-se provimento ao agravo na execução penal para deferir a prisão domiciliar humanitária, mediante uso de tornozeleira eletrônica (Formulário n. 93).

As fundamentações, nesses casos (formulários n. 5, 49 e 93), carregam o arcabouço constitucional dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana para que os apenados possam estar presentes nos cuidados e desenvolvimento dos filhos, na proteção e no bem estar das pessoas idosas, e para efetivo tratamento de saúde fora das unidades prisionais. Levam em consideração, inclusive, os relatórios elaborados recomendando a concessão. Nesse sentido, percebe-se o acerto do TJDFT ao dar provimento aos recursos.

Ainda que o tribunal tenha concedido algumas prisões domiciliares humanitárias, a atuação da Corte distrital durante o período analisado nesta pesquisa representou o Direito Penal

como resposta à pandemia. Não se levou em conta a emergência de saúde pública para a soltura de pessoas que estão privadas de liberdade, tema que será aprofundado no ponto seguinte.

### **3.5 – O Direito Penal e a prisão como resposta à pandemia**

O processo colonizador por qual passou o Brasil importou da Europa seus costumes e suas práticas. O eurocentrismo, baseado na estrutura de classes, colocava os não brancos em patamar inferior “produzindo identidades sociais novas”, a partir da racialização das relações humanas e a consequente hierarquização social entre os seres humanos a partir de raças. A colonização, para além dos costumes, também importou como os europeus viam e aplicavam as penas. As Ordenações Filipinas traziam, em sua maioria, punições físicas e, às vezes, pena capital, a quem praticasse crime. Da mesma forma, o Código Criminal do Império, ao entrar em vigor, não revogou as penas físicas e o trabalho escravo, sendo que a maioria delas recaiam sobre os escravos (LEMOS, 2020, p. 256-260).

As generalizadas violações atuais de direitos humanos no sistema carcerário, a ótica seletiva do sistema penal que recai sobre os negros, a desumanidade do cárcere, o confinamento excessivo de presos em pequenos espaços são exemplos de práticas que remontam ao período colonial brasileiro. Desde os navios negreiros, os porões e os calabouços, onde pessoas escravizadas e recém libertas eram amontoadas em condições insalubres e sem o mínimo de dignidade, não difere muito da realidade atual das unidades prisionais brasileiras. A ótica seletiva do sistema é reforçada com dados oficiais, já citados neste trabalho. Os condenados por crime têm o perfil de jovem negro, com baixa escolaridade, condenados em sua maioria por crimes relacionados ao tráfico de drogas e patrimônio. Continuamos, portanto, aplicando e reproduzindo as velhas práticas punitivistas.

O Calabouço e o Alibuje foram duas “prisões” que bem representaram o Brasil do período colonial até o império. O primeiro tinha função de abrigar os escravos que praticavam crime disciplinar e também os fugitivos. O espaço não detinha estrutura minimamente digna e adequada, sem ventilação, sofrendo também com o calor e odor. De outro lado, para os presos comuns, o Alibuje foi construído já que a Cadeia de Relação não possuía mais espaço para alocar tantos presos. Também era descrita por ser um espaço insalubre, onde as pessoas ali

alocadas mal roupas tinham para vestir, falta de espaço dada a quantidade de gente, esgoto a céu aberto e falta de camas (LEMOS, 2020, p. 262-264, no prelo).

O sistema carcerário brasileiro, além de herdar as características da colônia-império, também carregou ideias iluministas a respeito do sistema penal ser exemplo de repressão e punição dos crimes cometidos. Até os nossos dias, as agências responsáveis pela criminalização primária, secundária e terciária reproduzem o discurso de que as penas aplicadas e as cadeias são formas de conter e prevenir a criminalidade.

A partir da fundação da República no Brasil a cor da pele deixa de ser central para determinada condenação, mas a ótica seletiva do sistema penal passa a operar de outras formas – punindo os costumes, os rituais e a cultura dos povos africanos. Exemplo desse fenômeno é a criminalização, no Código Penal Republicano, da capoeiragem e das práticas do espiritismo e magia. Já com o passar dos tempos, outros tipos penais são incorporados e incrementados para punição das minorias. Esses novos crimes, em conjunto com atuação seletiva dos órgãos de investigação e judiciais, reforçam as mesmas práticas racistas que nos acompanham (LEMOS, 2020, p. 267-268, no prelo).

Não bastando todas as mazelas e as condições degradantes vividas no cárcere, o DEPEN chegou a propor ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP que analisasse a possibilidade de instalar contêineres nas unidades prisionais para separar os novos presos de outros detentos<sup>20</sup>. Essa forma de separação sugerida reforça o punitivismo penal que vem desde a época colonial brasileira, em que negros – também maioria nas cadeias atualmente – eram colocados para cumprir penas em condições sub-humanas à mercê de diversas doenças (LEMOS, 2020, no prelo).

Para fazer frente ao caos vivido no sistema carcerário diante da possibilidade de contaminação dos presos pelo novo coronavírus, a Recomendação n. 62 propôs medidas preventivas à propagação da infecção pelo vírus. Apesar dos esforços do CNJ para evitar um cenário catastrófico, a Recomendação não foi bem recebida pelo Judiciário, que a renegou com a justificativa de que não possui força jurídica e por representar “soltura indiscriminada de presos”. Foi preferível correr o risco de contaminação em massa e mortes à concessão de prisão domiciliar.

---

<sup>20</sup> Reportagem veiculada pela Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-04/covid-19-depen-sugere-conteineres-para-separar-presos-com-sintomas>. Acesso em: 21 de nov. de 2020.

O aumento considerável de pedidos de prisão domiciliar na vigência da Recomendação denota a quantidade de pessoas inseridas no grupo de risco vulnerável à contaminação pelo vírus. Mas, conforme análise quantitativa trabalhada no segundo capítulo dessa pesquisa, não representou aumento de concessão do instituto. Nem mesmo com a imposição de monitoração eletrônica, que mesmo recebendo críticas por representar o recrudescimento e o reforço punitivo do sistema penal, não se adotou o desencarceramento como medida de prevenção à contaminação. O Direito Penal (e defesa social), portanto, foi a “fórmula encontrada” pelo Judiciário para manter os presos nas unidades, favorecendo a propagação do novo coronavírus no sistema carcerário.

Por outro lado, o monitoramento, se aplicado com a devida cautela, de forma que não estigmatize o indivíduo – aqui podemos pensar, por exemplo, na redução/eliminação do equipamento e em aplicativos para celulares –, respeitando a privacidade e a dignidade humana, tem a potencialidade de compor medida de enfrentamento à contaminação em massa nos presídios, já que pode ser utilizado para concessão de liberdade às pessoas privadas dela.

Mas devemos ir além. O monitoramento não deve ser o único meio posto para a saída de pessoas do sistema carcerário, muito menos como forma de contenção de propagação de doenças. Inclusive, deve ser utilizado de forma altamente responsável, com protocolos claros, para que quem esteja utilizando o equipamento não seja visto de forma estigmatizada, recebendo julgamentos negativos vindos da sociedade. Deve o Estado estar presente com promoção de políticas públicas e redução de danos, para que não se torne somente uma extensão dos efeitos intramuros do cárcere.

Ademais, é necessário pontuar que enquanto a medida estiver disponível para ser utilizada pelos juízes, deve, sim, ser colocada em prática. Devemos continuar (re)pensando outras formas de alternativas penais que não rotulem os indivíduos até chegarmos em um dado momento em que a medida de monitoração não seja mais necessária. Essas alternativas não devem corroborar o controle e o reforço punitivo do sistema penal.

## CONCLUSÃO

A pesquisa contextualizou, com base na dignidade da pessoa humana, a prisão domiciliar humanitária no âmbito do Distrito Federal com seus respectivos marcos legais e os pressupostos de aplicação na Execução Penal. Trouxe dados gerais do sistema carcerário, tanto na esfera federal quanto distrital. Pontuou os efeitos das medidas contidas na Recomendação n. 62 do CNJ no sistema carcerário. Também descreveu as dificuldades iniciais do pesquisador no acesso aos dados, tendo o pedido de pesquisa acadêmica na Vara de Execuções Penais – VEP/DF tramitado além do prazo legal esperado.

Na pesquisa quantitativa, além da quantidade numérica de recursos interpostos dentro do marco temporal, analisou-se as categorias de análise referente ao sexo, faixa etária, crime, tipo de defesa técnica, dentre outras. Na etapa qualitativa foram selecionados acórdãos para que suas fundamentações fossem trabalhadas criticamente com base no marco teórico definido. Os dados quantitativos e qualitativos foram interpretados e problematizados a partir da criminologia crítica de Alessandro Baratta.

Os achados da pesquisa monográfica levam às seguintes considerações:

1. Para responder a primeira pergunta a que esta pesquisa se propôs: “como a Recomendação n. 62 vem sendo utilizada nas fundamentações das concessões ou não de prisão domiciliar humanitária com monitoramento eletrônico no âmbito de acórdãos de Agravo em Execução do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios?” destaca-se as fundamentações dos acórdãos que citam a Recomendação.

A Recomendação, quando se trata de soltura de presos para conter o avanço do novo coronavírus no sistema carcerário do DF, não alcançou o objetivo. Apesar de alguns juízes no Brasil ponderarem as medidas, ela sofreu enorme resistência do Judiciário no tocante à concessão de liberdade. No DF, replicando decisões dos tribunais superiores, a justificativa utilizada é de que a Recomendação não possui caráter vinculante nem jurídico e que tão somente representa orientações aos tribunais e magistrados. Além disso, que não significa soltura indiscriminada de presos.

Também se percebeu que, ao citá-la, os julgadores justificam que a situação de lotação dos presídios do DF é adequada e que o sistema de saúde prisional está preparado para qualquer

demanda, quando, na realidade, sabe-se que o DF ocupa o 3º lugar do Brasil no ranking de superlotação carcerária. Também importante retomar um dado trabalhado nesta pesquisa sobre a quantidade de médicos para o número de presos: 1 profissional para cerca de 1,5 mil custodiados, acarretando sobrecarga sobre os profissionais da saúde. Nem mesmo antes da pandemia da Covid-19 o sistema de saúde prisional estava preparado para qualquer demanda, como afirmado.

2. Em relação à segunda pergunta de pesquisa: “diante do cenário da pandemia da Covid-19, houve aumento na concessão de prisão domiciliar humanitária pelo TJDF?”, recorre-se aos dados quantitativos trabalhados.

No período anterior à Recomendação, foram 23 recursos e apenas dois deles concessórios, representando 8%. No período posterior, dos 104 recursos 9 deles foram concessórios, o que representa 9%. Esse quantitativo abrange os recursos interpostos pelo Ministério Público que não foram providos, mantendo a concessão da prisão domiciliar humanitária da primeira instância. O Direito Penal, logo, foi a resposta adotada para manter as pessoas encarceradas, favorecendo a propagação da pandemia nas unidades prisionais.

A hipótese inicial aventada no trabalho de que, diante do estado caótico vivido na saúde pública por conta do novo coronavírus, poderia haver aumento nas concessões de prisão domiciliar humanitária, não se confirma. O aumento nas concessões de um período para o outro é extremamente tímido, não representando aumento real. Percebe-se que nem mesmo uma pandemia foi capaz de permitir o desencarceramento como medida preventiva aos grupos de risco ou para que as pessoas presas possam exercer o direito de prestar cuidados imprescindíveis aos familiares pertencentes aos grupos de risco que estão fora do sistema carcerário.

3. É necessário pesquisa mais aprofundada a respeito do que é dignidade da pessoa humana para o tribunal. Os acórdãos que levam em consideração o referido princípio para a concessão de prisão domiciliar humanitária não traz aprofundamento do que leva à motivação do julgador. Faltam elementos que não se podem afirmar sem acesso a outras peças produzidas no processo para chegar à conclusão mais precisa.

4. Não é possível precisar como a Vara de Execuções Penais do DF vem decidindo diante dos pedidos de concessão de prisão domiciliar humanitária para poder compreender o comportamento do TJDF. Em dado momento, o tribunal afirma que a VEP/DF tem analisado todos os pedidos e que durante a pandemia “mais de 4.500 decisões beneficiaram detentos com



a prisão domiciliar humanitária e a progressão para o regime aberto domiciliar”<sup>21</sup>. Em outro, informa que o Juízo da Execução, no período entre 12/03/2020 a 25/05/2020, concedeu 66 prisões humanitárias<sup>22</sup>.

Ficam as perguntas: foram concedidas 4.500 prisões domiciliares no período? Ou 4.500 pedidos e somente 66 concessões? Ou, ainda, 66 prisões humanitárias e o restante de progressão para o regime aberto domiciliar? Apesar das questões, há um fato: no período posterior à Recomendação houve aumento considerável de recursos interpostos, o que nos leva a inferir que ocorreu mais denegações na primeira instância.

Com essas considerações o que se conclui, mesmo diante de uma pandemia, é a permanência do reforço punitivo do sistema penal frente aos direitos humanos, aos direitos fundamentais, à dignidade da pessoa humana. Pessoas privadas de liberdade, como já diz, estão privadas de liberdade, mas continuam conservando todos os outros direitos constitucionalmente garantidos. Direito à saúde e ao bem estar são exemplos de direitos que continuam vigente mesmo no cumprimento de pena privativa de liberdade.

---

<sup>21</sup> Informações veiculadas no sítio eletrônico institucional do TJDF. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/maio/tjdft-participa-de-reuniao-na-comissao-de-direitos-humanos-da-camara-dos-deputados#:~:text=Ele%20enfaticou%20que%20desde%20o,do%20sistema%20prisional%20do%20DF>. Acesso em: 24 de nov. de 2020.

<sup>22</sup> Dado disponível no acórdão proferido no Agravo de Execução n. 0722207-82.2020.8.07.0000. Rel. Waldir Leôncio Lopes Ribeiro. 10 de set. de 2020. Disponível em: <https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/documentoSemLoginHTML.seam?ca=84f4b06fc1d05329b7956b1cc86b42ecdbd11fce43d1197c3712fff6fa75d94313774cf03a3451bac007d69589a6186a686ba6c5089463a3&idProcessoDoc=19776782>. Acesso em: 24 de nov. de 2020.

## Referências:

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Dogmática e sistema penal: em busca da segurança jurídica prometida**. Florianópolis, 1994. Tese (Doutorado em Direito) - Curso de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, 1994. 504p.

ALMEIDA, Bruno Rotta; CACICEDO; Patrick. **Emergências, direito penal e Covid-19: por um direito penal de emergência humanitário**. Boletim IBCCRIM, n. 335, p. 7-10, out./20.

ANIYAR DE CASTRO, Lola. **Criminologia da Reação Social**. Tradução por Ester Kosovski. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

ANTUNES, Ana Paula. **Ética na pesquisa**. Palestra proferida em 2 de outubro de 2020, no ambiente virtual da disciplina PAD 3- Pesquisa em Direito Penal, Turma F - Plataforma *Google Classroom*. Disponível em: <https://meet.google.com/jgo-wpfi-mmh>.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. Tradução Juarez Cirino dos Santos. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Recomendação n. 62, de 17 de março de 2020**. Recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/62-Recomenda%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Justiça. Estatísticas BNMP – **Banco Nacional de Monitoramento de Presos**. Disponível em <https://portalbnmp.cnj.jus.br/#/estatisticas>. Acesso 15 de set. de 2020.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Justiça. **Justiça Presente**. Gestão Ministro Dias Toffoli. Brasília, DEPEND/PNUD/CNJ, 2020.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Justiça. **CNJ renova Recomendação n. 62 por mais 90 dias e divulga novos dados**. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/cnj-renova-recomendacao-n-62-por-mais-90-dias-e-divulga-novos-dados/>. Acesso 19 de jun. de 2020.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Justiça. Formulário para Monitoramento da Recomendação 62/CNJ – **Relatório I**. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/62-Recomenda%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 14 de set. de 2020.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Justiça. 2ª Edição **Monitoramento CNJ – Covid-19 - Efeitos da Recomendação nº 62/2020**. Gestão Ministro Dias Toffoli. Brasília, DEPEND/PNUD/CNJ, 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/Monitoramento-CNJ-Covid-19-2%C2%AA-Edi%C3%A7%C3%A3o-Julho.20.pdf>. Acesso em: 15 de set. de 2020.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Justiça. **Covid-19 no Sistema Prisional** – Boletim 9 de setembro. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp->

[content/uploads/2020/09/Monitoramento-Semanal-Covid-19-Info-09.09.20.pdf](#). Acesso em: 15 de set. de 2020.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Editora Senado.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei n. 2.848, de 7 de setembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 08 de jun. de 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3689compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm). Acesso em: 09 de jun. de 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 7.627, de 24 de novembro de 2011**. Regulamenta a monitoração eletrônica de pessoas prevista no Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de processo penal e na Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7627.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7627.htm). Acesso em: 08 de jun. de 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm). Acesso em: 08 de jun. de 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 12.403, de 04 de julho de 2011**. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112403.htm#:~:text=Altera%20dispositivos%20do%20Decreto%2DLei,cautela res%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=%E2%80%9CArt.,282](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112403.htm#:~:text=Altera%20dispositivos%20do%20Decreto%2DLei,cautela res%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=%E2%80%9CArt.,282). Acesso em: 12 de jun. de 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 12.258, 15 de junho de 2010**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever a possibilidade de utilização de equipamento de vigilância indireta pelo condenado nos casos em que especifica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12258.htm#:~:text=Altera%20o%20Decreto%2DLei%20n,nos%20casos%20em%20que%20especifica](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12258.htm#:~:text=Altera%20o%20Decreto%2DLei%20n,nos%20casos%20em%20que%20especifica). Acesso em: 12 de jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução no 510, de 7 de abril de 2016**. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Medidas de Combate ao COVID-19. Painéis de Monitoramento**. Disponível em <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYTlhMjk5YjgtZWQwYS00ODlkLTg4NDgtZTFhMTgzYmQ2MGVlIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 20 de jun. de 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. 2019. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZWl2MmJmMzYtODA2MC00YmZiLWI4M2ItNDU2ZmlyZjFjZGQ0IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 14 de set. de 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017.pdf>. Acesso em: 14 de set. de 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **A implementação da Política de Monitoração eletrônica de pessoas no Brasil**. Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Diagnóstico sobre a Monitoração Eletrônica**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/DEPEN/dirpp/monitoracao-eletronica/arquivos/diagnostico-monitoracao-eletronica-2017.pdf>. Acesso em: 24 de set. de 2020.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado n. 165, de 2007**. Disponível em <https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=3553092&ts=1559244759176&disposition=inline>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **ADPF n. 347 MC**. Rel. Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, julgado em 09 de set. 2015. DJe: 18 de fev. de 2016. Publicação: 19 de fev. de 2016.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus n. 143.641/SP**. Rel. Ricardo Lewandowski, 2º Turma. DJe: 09 de out. de 2018. Publicação: 09 de out. de 2018 Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15338809875&ext=.pdf>. Acesso em: 15 de jun. de 2020.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus n. 152.707/DF**. Rel. Dias Toffoli, Tribunal Pleno. DJe: 06 de ago. de 2019. Publicação: 06 de ago. de 2019 Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15340735413&ext=.pdf>. Acesso em: 16 de jun. de 2020.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Ordinário em Habeas Corpus n. 94.358/SC**. Rel. Celso de Mello, 2ª Turma. DJe: 18 de mar. de 2008. Publicação: 19 de mar. de 2008 Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=208050677&ext=.pdf>. Acesso em 16 de jun. de 2020.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Informativo n. 504, de 2008**. In: Grave Estado de Saúde e Prisão Domiciliar. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo504.htm>. Acesso em: 26 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Vara de Execuções Penais. **Ações adotadas pela VEP/DF**. Leila Cury. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/arquivos/acoes-adotadas-pela-vep.pdf>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Vara de Execuções Penais. **Autos nº 0007891-31.2018.8.07.0015**. Secretaria do Sistema Penitenciário. Leila Cury. 09 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/arquivos/decisao-monitoracao-eletronica-no-regime-semiaberto.pdf>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Vara de Execuções Penais. **Autos nº 0401846-72.2020.8.07.0015**. Secretaria de Estado da Saúde. Leila Cury. 20 de março de 2020. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/arquivos/decisao-vep-covid-19-1.pdf>. Acesso em: 28 de set. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0711533-45.2020.8.07.0000**. Rel. Des. Carlos Pires Soares Neto, 1ª Turma Criminal. PJe: 25 de ago. de 2020. Disponível em: <https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=257b9489f103b41156dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Vara de Execuções Penais. **Autos nº 0405148-12.2020.8.07.0015**. Pedido de Pesquisa Acadêmica – UnB. Leila Cury.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0722207-82.2020.8.07.0000**. Rel. Des. Waldir Leôncio Lopes Ribeiro, 3ª Turma Criminal. PJe: 19 de set de 2020. Disponível em: <https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=2a53b2f70ff76c9556dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 4 de nov. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0712315-52.2020.8.07.0000**. Rel. Des. João Timóteo de Oliveira, 2ª Turma Criminal. PJe: 05 de ago. de 2020. Disponível em: <https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=2b8c2f74a8c6e77256dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0706328-35.2020.8.07.0000**. Rel. Des. Silvanio Barbosa dos Santos, 2ª Turma Criminal. PJe: 26 de jun. de 2020. Disponível em: <https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=735ec5fe7ca5f97f56dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0704668-06.2020.8.07.0000**. Rel. Des. Roberval Casemiro Belinati, 2ª Turma Criminal. PJe: 19 de fev. de 2020. Disponível em: <https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=f2f555d91859740f56dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0721899-80.2019.8.07.0000**. Rel. Des. Jair Soares, 2ª Turma Criminal. PJe: 19 de dez. de 2019. Disponível em:

<https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=5265f955701ec54b56dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0711828-82.2020.8.07.0000**. Rel. Des. Jair Soares, 2ª Turma Criminal. PJe: 22 de jul. de 2020. Disponível em: <https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=107b339d3834dab556dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0709226-21.2020.8.07.0000**. Rel. Des. João Timóteo de Oliveira, 2ª Turma Criminal. PJe: 08 de jun. de 2020. Disponível em: <https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=7ba53935fd22159756dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0720858-44.2020.8.07.0000**. Rel. Des. Mario Machado, 1ª Turma Criminal. PJe: 04 de set. de 2020. Disponível em: <https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=bf0a442df9177dac56dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0723070-72.2019.8.07.0000**. Rel. Des. Jesuino Rissato, 3ª Turma Criminal. PJe: 17 de fev. de 2020. Disponível em: <https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=11758043fa34627056dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0705849-42.2020.8.07.0000**. Rel. Des. Jesuino Rissato, 3ª Turma Criminal. PJe: 03 de jun. de 2020. Disponível em: <https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=aa36228cbbc7ce5956dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0706328-35.2020.8.07.0000**. Rel. Des. Silvanio Barbosa dos Santos, 2ª Turma Criminal. PJe: 23 de jun. de 2020. Disponível em: <https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=735ec5fe7ca5f97f56dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0701447-15.2020.8.07.0000**. Rel. Des. Carlos Pires Soares Neto, 1ª Turma Criminal. PJe: 05 de ago. de 2020. Disponível em: <https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=b1ad3f757b8d6dd356dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0712624-73.2020.8.07.0000**. Rel. Des. Jair Soares, 2ª Turma Criminal. PJe: 27 de jul. de 2020. Disponível em: <https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=0a124ce010212ae656dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.



\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0705859-86.2020.8.07.0000**. Rel. Des. Waldir Leôncio Júnior, 3ª Turma Criminal. PJe: 25 de mai. de 2020. Disponível em:

<https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=39c0f7121be3a83d56dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0712181-25.2020.8.07.0000**. Rel. Des. George Lopes Leite, 1ª Turma Criminal. PJe: 21 de ago. de 2020. Disponível em:

<https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=b2287c6a34f09b0256dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0705867-63.2020.8.07.0000**. Rel. Des. Cruz Macedo, 1ª Turma Criminal. PJe: 10 de jun. de 2020. Disponível em:

<https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=130f96809129fc1b56dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0717801-18.2020.8.07.0000**. Rel. Des. Jesuino Rissato, 3ª Turma Criminal. PJe: 14 de mai. de 2020. Disponível em:

<https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=783e8d3cba82382b56dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0700468-53.2020.8.07.0000**. Rel. Des. Jesuino Rissato, 3ª Turma Criminal. PJe: 18 de abr. de 2020. Disponível em:

<https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=8fda3d4bb6f6944556dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0710682-06.2020.8.07.0000**. Rel. Des. Jair Soares, 2ª Turma Criminal. PJe: 09 de jul. de 2020. Disponível em:

<https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=f27c7c00bf796ac056dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0711517-91.2020.8.07.0000**. Rel. Des. Carlos Pires Soares Neto, 1ª Turma Criminal. PJe: 09 de jul. de 2020. Disponível em:

<https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=245b0dcf12111b4956dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0721304-47.2020.8.07.0000**. Rel. Des. J.J Costa Carvalho, 1ª Turma Criminal. PJe: 04 de out. de 2020. Disponível em:

<https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=c939ca227d4d572956dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0723762-37.2020.8.07.0000**. Rel. Des. Mario Machado, 1ª Turma Criminal. PJe: 10 de set. de 2020. Disponível em: <https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=3e9931dd974e613a56dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0710860-52.2020.8.07.0000**. Rel. Des. Jair Soares, 2ª Turma Criminal. PJe: 30 de jun. de 2020. Disponível em: <https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=55c2f8fecdd30840556dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0710628-40.2020.8.07.0000**. Rel. Des. Cruz Macedo, 2ª Turma Criminal. PJe: 06 de jul. de 2020. Disponível em: <https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=130f96809129fc1b56dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0713455-58.2019.8.07.0000**. Rel. Des. Waldir Leôncio Júnior, 3ª Turma Criminal. PJe: 19 de fev. de 2020. Disponível em: <https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=3dba6a398965be9f56dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0717401-38.2019.8.07.0000**. Rel. Des. Silvanio Barbosa dos Santos, 2ª Turma Criminal. PJe: 20 nov. de 2019. de 2020. Disponível em: <https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=218d09f99ece9d3c56dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0721722-19.2019.8.07.0000**. Rel. Des. George Lopes, 1ª Turma Criminal. PJe: 19 de dez. de 2019. Disponível em: <https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=65a6bce9d35135ad56dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0712704-37.2020.8.07.0000**. Rel. Des. George Lopes Leite, 1ª Turma Criminal. PJe: 13 ago. de 2020. de 2020. Disponível em: <https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=218d09f99ece9d3c56dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0709226-21.2020.8.07.0000**. Rel. Des. João Timóteo de Oliveira, 2ª Turma Criminal. PJe: 08 jun. de 2020. de 2020. Disponível em: <https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=7ba53935fd22159756dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0706198-45.2020.8.07.0000**. Rel. Des. George Lopes Leite, 1ª Turma Criminal. PJe: 08 jun. de 2020. de



2020. Disponível em:  
<https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=218d09f99ece9d3c56dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0710836-24.2020.8.07.0000**. Rel. Des. Jesuino Rissato, 3ª Turma Criminal. PJe: 16 de jul. de 2020. Disponível em:  
<https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=7debfc613909d97156dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0723251-73.2019.8.07.0000**. Rel. Des. Silvanio Barbosa dos Santos, 2ª Turma Criminal. PJe: 16 de fev. de 2020. Disponível em:  
<https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=554a91b96f6cfcc956dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Agravo de Execução n. 0706336-12.2020.8.07.0000**. Rel. Des. Mario Machado, 1ª Turma Criminal. PJe: 25 de jun. de 2020. Disponível em:  
<https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=b898e41373f9f99a56dde037353c250a58ff75beac85adc1>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

BORGES, Samuel Silva da Fonseca. *Imagens da ideologia punitiva: uma análise de discurso crítica do Movimento Brasil Livre*. São Paulo: **IBCCRIM**, São Paulo, 2019. Cap. 3, págs. 197-272.

CAMPELLO, Ricardo Urquizas. **Faces e interfaces de um dispositivo tecnopenal: o monitoramento eletrônico de presos e presas no Brasil**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em:  
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-16122019-185040/pt-br.php>. Acesso em 8 de jun. de 2020.

CARVALHO, Márcia Haydée Porto de; MAIA, Maicy Milhomem. *Prisão domiciliar humanitária: estudo de casos julgados pelo STF*. **Revista de Criminologias e Políticas Criminais**, v. 5, n. 1, p. 37, 21 out. 2019. Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito - CONPEDI. Disponível em:  
<https://www.indexlaw.org/index.php/revistacpc/article/view/5452>. Acesso em 8 de jun. de 2020.

CARVALHO, Gisele Mendes de; CORAZZA, Thaís Aline Mazetto. *O Sistema de Monitoramento Eletrônico à Luz do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana*. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 945/2014, p. 1-18, 2014.

CASTELO, Luciana Féres. **Prisão domiciliar: instituto controvertido em todas as suas facetas, enfoque em sua utilização como prisão cautelar**. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal Fluminense, 2017. Disponível em:  
<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/7893/1/tccclu%2Bata.pdf>. Acesso em 8 de jun. de 2020.

CONTE, Christiany Pegorari. Execução penal e o direito penal do futuro: uma análise sobre o sistema de monitoramento eletrônico de pessoas. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 99, n. 894, p. 401-441, 2010.

FIGUEIREDO, Silvania A. França. **Monitoração eletrônica no Brasil: Para que e para quem?** p. 145. 2019. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Cap. 1, págs. 18-55. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/36771>. Acesso em 9 de jun. de 2020.

GROSNER, Marina Quezado. **A Seletividade do Sistema Penal na Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: O Trancamento da Criminalização Secundária por Decisões em Habeas Corpus**. p. 155. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

GLOBO. G1 Distrito Federal. Presídios do DF registram 801 casos de coronavírus; são 590 presos e 211 policiais penais. 21 de maio de 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/05/21/presidios-do-df-registram-801-casos-de-coronavirus-sao-590-presos-e-211-policiais-penais.ghtml>. Acesso 19 de jun. de 2020.

LEMOS, Eduardo Xavier. Do açoite ao calabouço, da casa de correção à superlotação carcerária: revisitando o sistema punitivo brasileiro em tempos de pandemia. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; RAMPIN, Talita Tatiana Dias; AMARAL, Alberto Carvalho (org.). **Direitos Humanos e Covid-19: grupos sociais vulneráveis e o contexto de pandemia**. Brasília: 2020. No prelo.

MACHADO, Máira Rocha (Org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017. 428 p. Pesquisas em Processos Judiciais. Silva, 2017.

MARCÃO, Renato. **Curso de Execução Penal**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MELLO PRANDO, Camila Cardoso de; Lima, Rafael da Escóssia. A primeira fase da dosimetria penal: entre os dados de seletividade do controle penal e a realização do princípio da estrita legalidade. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. vol. 136. Ano 25. p. 15-33. São Paulo: Ed. RT, out. 2017.

MONTES, Suzana Sant'Anna Alvez. Reflexos da ocupação feminina nas Penitenciárias brasileiras. **Boletim IBCCRIM**, nº 333, p. 12-14, ago./20.

PIMENTEL, Elaine. A pandemia da Covid-19 nos sistemas prisional e socioeducativo brasileiros: entre narrativas, recomendações e realidades. **Boletim IBCCRIM**, nº 335, p. 4-6, out./20.

REZENDE, Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de. **A ilusão do proibicionismo: estudo sobre a criminalização secundária do tráfico de drogas no Distrito Federal**. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

SALOTTI, Carolina Sabbag. **Gestão entre grades: a concessão de prisão domiciliar como substitutiva da prisão preventiva sob a ótica do STF e do STJ**. 2018. 107 f. Dissertação. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita

Filho”, Franca, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/183056>. Acesso em: 9 de jun. de 2020.

SILVA, Nayara Sthefany Gonzaga. **Marco legal da primeira infância e mães no cárcere: uma análise sob a luz do Sistema de Garantias**. São Cristóvão, SE, 2019. 140 f. Dissertação (mestrado em Direito) – Universidade Federal de Sergipe, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/10736>. Acesso em: 12 de jun. de 2020.

VASCONCELLOS, Patrícia Mara Cabral de; DE SOUSA, Cláudia Vieira Maciel. Semiaberto na domiciliar monitorada eletronicamente em Rondônia: o panóptico contemporâneo. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 1, p. 394-416, mar. 2018. ISSN 2179-8966. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/32719>. Acesso em: 9 de jun. de 2020.

VALENÇA, Manuela Abath; FREITAS, Felipe da Silva. O Direito à vida e o ideal de defesa social em decisões do STJ no contexto da pandemia da Covid-19. **Revista Direito Público**, Brasília, v. 17, n. 94, p. 570-595, jul. 2020. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/4593>. Acesso em: 28 nov. 2020.

ZACKESKI Cristina; CAIXETA MACIEL, Welliton. **Vigilância Eletrônica e Mecanismos de Controle de Liberdade: Elementos para Reflexão**. R. EMERJ, Rio de Janeiro, v.8, n 67, p. 459 - 466. Jan-fev. 2015.

**ANEXO – FORMULÁRIO DE PESQUISA**

## PANDEMIA DA COVID-19 E A RECOMENDAÇÃO N. 62 DO CNJ: FORMULÁRIO DE PESQUISA

Formulário para coleta de dados disponíveis nos Acórdãos proferidos pelo TJDF em sede de Agravo em Execução. Acórdãos marcados com (x) citam a Recomendação n. 62 em sua fundamentação.

Número do Processo:

\_\_\_\_\_

Número do Acórdão:

\_\_\_\_\_

Turma julgadora:

☐ 1º Turma Criminal

☐ 2º Turma Criminal

☐ 3º Turma Criminal

Data de julgamento:

dd/mm/aaaa

Sexo:

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Não informado

Faixa etária:

- ☐ 18 a 29 anos
- ☐ 30 a 45 anos
- ☐ 46 a 60 anos
- ☐ Maior de 60 anos
- ☐ Não informado

Crime:

- ☐ Contra a pessoa
- ☐ Contra o patrimônio
- ☐ Contra a dignidade sexual
- ☐ Contra a fé pública
- ☐ Contra a administração pública
- ☐ Lei de drogas
- ☐ Associação criminosa
- ☐ Outros
- ☐ Não informado

Recurso impetrado por:

- ☐ Defesa
- ☐ Ministério Público

Defensor:

- ☐ Defensoria Pública
- ☐ Advogado particular
- ☐ Não informado

Argumento para impetração:

- ☐ Doença ou condição física pré-existente (Defesa)
- ☐ Pessoa imprescindível aos cuidados de terceiros (Defesa)
- ☐ Não demonstrada a excepcionalidade e/ou motivos para concessão (MP)
- ☐ Outro (MP e Defesa)

Reforma da sentença:

- ☐ Dar provimento ao Recurso
- ☐ Negar provimento ao Recurso

Em caso de concessão ou manutenção de prisão domiciliar, houve imposição de monitoração eletrônica?:

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não informado

Processo foi consultado no "PJe 2º Grau" para complementar alguma informação?:

- ☐ Sim
- ☐ Não

Justificativa da decisão:

---